

A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

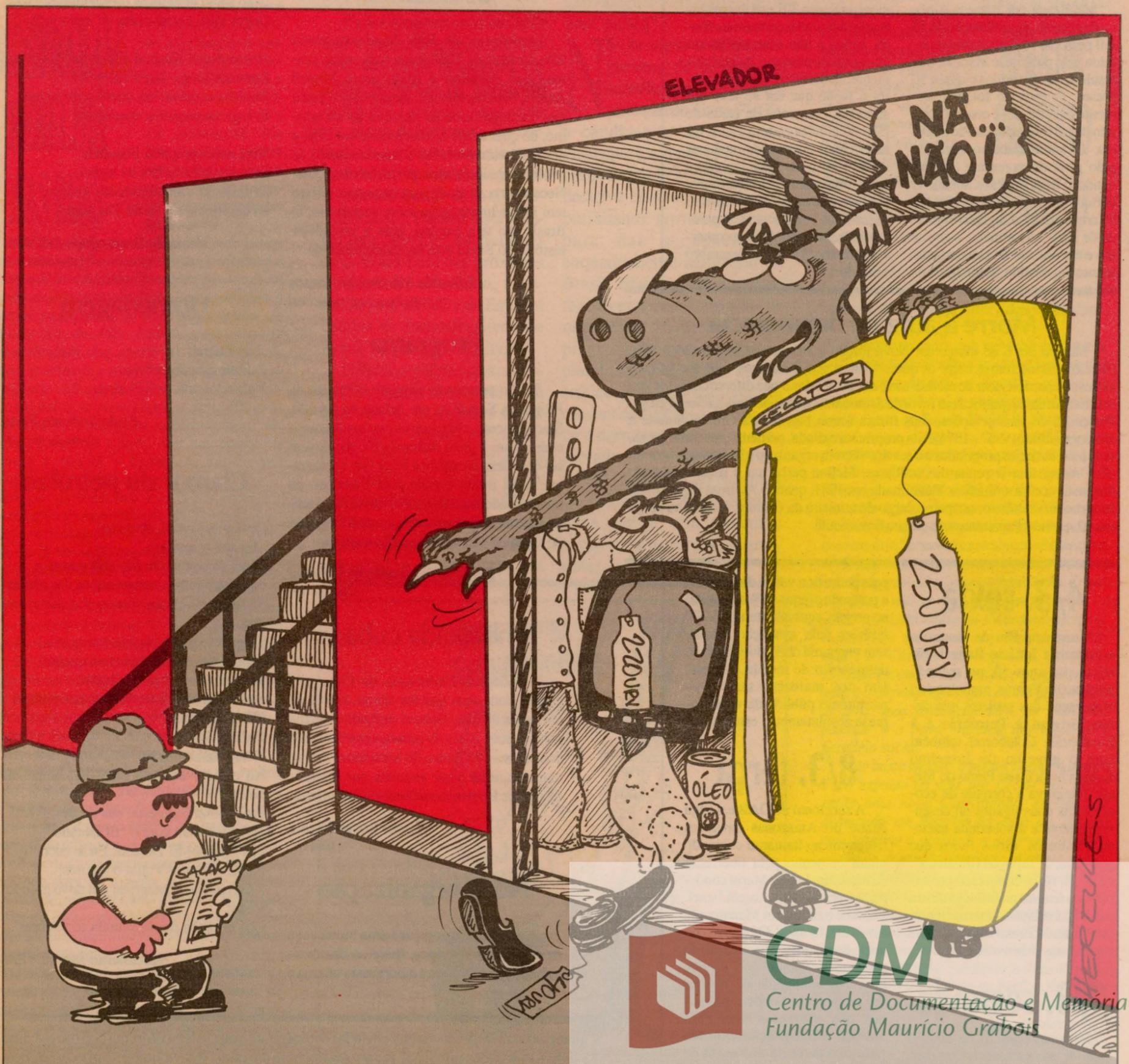


Vale a pena assistir

PCdoB NA TV

No dia 24 de março,
às 20h 30 min

PREÇOS EXPLODEM COM A URV



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas

Resumo

1/3. terça

Concluído o inquérito policial sobre a morte de Oswaldo Cruz Jr., ex-presidente do Sindicato dos Condutores do ABCD, morto por Benedito de Souza, o Zezé. "Havia um clima de disputa interna dentro do sindicato, mas Zezé matou Cruz por causa de uma briga pessoal entre eles. A CUT e o PT não têm relação com o caso", afirmou o delegado Fernão de Oliveira Santos, responsável pelo inquérito. Como é de amplo conhecimento as elites e a grande imprensa tudo fizeram para dar conotação política ao crime. O Jornal Nacional, da Globo, durante semanas deu destaque à matéria procurando desgastar a CUT e o PT. Como era de se esperar, nem tocou nas conclusões do inquérito.

2/3. quarta

Realizada em Buenos Aires, na Argentina, manifestação de 10 mil pessoas, violentamente reprimida pela polícia de Ménem, que resultou em 40 feridos e quase 50 presos. O protesto foi pelo aumento das pensões e contra o projeto de privatização da Previdência. O neoliberalismo aplicado pelo governo argentino está levando o país ao caos social. O déficit comercial da Argentina em 93 cresceu 35% atingindo o recorde de US\$ 3,56 bilhões, o que se deve em boa medida ao congelamento do câmbio desde abril de

91 (Plano Cavallo), que barateou as importações e encareceu os produtos argentinos, algo semelhante ao Plano FHC. 70% do comércio exterior argentino são feitos com os EUA.

3/3. quinta

Cerca de 10 mil pessoas, na maioria jovens, protestaram em Paris contra a aplicação do Contrato de Inserção Profissional (CIP), decreto do governo Balladur que permite que os jovens de menos de 26 anos sejam contratados por 80% do salário mínimo. O governo de direita adota essa medida de "flexibilização" da legislação trabalhista como tentativa de combater o desemprego que atinge 25% dos jovens franceses.

3/3. quinta

O governo norte-americano decidiu reeditar a cláusula protecionista Super-301 que lhe permite aplicar sanções comerciais contra países e não somente contra empresas ou produtos individualmente. A decisão é dirigida contra o Japão que em 93 teve um superávit comercial de cerca de US\$ 60 bilhões com os EUA. Os americanos querem de qualquer modo abrir o mercado japonês e inauguram assim uma nova e mais acirrada fase na guerra comercial, jogando de vez por terra as pomposas declarações de livre comércio feitas no GATT em dezembro passado.

Morre a atriz da democracia

Morreu dia 6 de março em Nova Iorque a atriz grega Melina Mercouri. Estrelou vários filmes entre os quais "Nunca aos Domingos" que lhe valeu a indicação para o Oscar de melhor atriz em 1960. Mas o que diferenciava Melina era sua militância política em favor da democracia e da soberania nacional grega. Por causa de suas posições, seus filmes foram banidos da Grécia durante a ditadura militar (1967 - 1974). Ela própria foi exilada, perdeu a cidadania grega, seus bens foram expropriados e o serviço secreto organizou três atentados contra ela. Adversária ferrenha dos militares, Melina percorreu o mundo fazendo discursos contra a ditadura. Reabilitada em 1981, quando Andreas Papandreou foi primeiro-ministro, ocupou o cargo de ministra da Cultura. Voltou ao cargo em 93 quando Papandreou se elegeu novamente.

4/3. sexta

Morreu no Rio de Janeiro o economista Ignácio Rangel. No início dos anos 50, no segundo governo de Vargas, participou na elaboração dos projetos que deram origem à Petrobrás e à Eletrobrás. Colaborou também com o governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas. Integrava a corrente de economistas mais ligados ao desenvolvimento e à soberania nacional. Entre os vários livros que publicou, o "Inflação Brasileira", de 1963, ficou conhecido por explicar o fenômeno inflacionário a partir das relações internacionais desiguais do Brasil com os países capitalistas desenvolvidos.

7/3. segunda

Marcado para 20 de maio o leilão de privatização da Embraer. O governo fez ajustes financeiros

para permitir a venda da empresa e pretende ofertar 60% do capital no pregão, equivalente a US\$ 200 milhões pela avaliação oficial, sem nenhuma obrigatoriedade de desembolso de moeda corrente. Um dos maiores assaltos ao patrimônio público de uma empresa absolutamente estratégica.

8/3. terça

A seccional da OAB e a Liga Árabe do Amazonas enviaram telegrama ao Itamarati cobrando maior empenho pela libertação da brasileira Lâmia Maruf condenada à prisão perpétua em Israel. Lâmia é nascida em Manaus e lá viveu até 18 anos. O objetivo do apelo é aproveitar a declaração do governo israelense que acenou com a possibilidade de libertar mil prisioneiros políticos palestinos nos próximos dias para aplacar a indignação causada pelo massacre da mesquita de Hebron.

Cumprimento 1

Parabenizo o jornal pelo bom desempenho. Espero que continue assim e cada vez melhor.

Carlos Geovani Machado
Canoas - RS

Cumprimento 2

Congratulo-me com a direção do PCdoB pela iniciativa inédita de incluir no Projeto de Programa Socialista o item sobre Higiene e Segurança do Trabalho, sobretudo considerando-se o alto índice de acidentes de trabalho no país e o tratamento secundário à proteção do trabalhador nas nações capitalistas, onde a prioridade é o lucro. Convém salientar que a legislação atual sobre o assunto tem avanços significativos, todavia tem caráter patronal, restando aos trabalhadores e aos partidos democráticos lutar por sua transformação radical para dar conteúdo proletário à lei, o que pode ser conseguido com o socialismo no Brasil.

Laércio Monteiro
Cabo - PE

Socialismo

Lembro-me de João Amazonas numa foto de antes de 1964 junto com outras pessoas que voltaram à ativa, como Miguel Arraes, Brizola, Prestes. Amazonas é o único que continua firme no objetivo do socialismo, do qual tomei conhecimento em 1982 e desde 83 escrevo sobre o tema. Gostaria de publicar um livro, mas não tenho condições. Necessitaria de ajuda para tal porque o livro tem idéias importantes sobre socialismo. O Brasil não tem história, pois a verdadeira história do Brasil está na clandestinidade.

Edivaldo Martins dos Santos
Ita Floresta D'Oeste - RO

Programa

Tenho procurado entender o Projeto de Programa Socialista em debate no partido. Sinceramente, sinto que os camaradas que o elaboraram temem dificuldades que devem ser de ordem estratégica e por isso o Programa deixa muito espaço para a atuação da mentalidade capitalista. Por causa disso ainda não me dispus a escrever para a "Tribuna de Debates". Contudo, confio e ajudo.

Ermano Fernandes de Oliveira
Altamira - PA

Embaixada cubana

Agradeço à Embaixada de Cuba pela cordialidade com que me tratou através de correspondência. Escrevi pedindo material sobre o país. Além de prontamente atendido com o livro "O futuro do socialismo", enviaram-me uma carta assinada por Eduardo González Lerner, conselheiro da Embaixada.

Marcos Rogério Mota
Jales - SP

Nova organização

A democracia popular é uma forma nova de organização política, nasce no desenvolvimento da luta contra a burguesia interna e

externa, pela independência nacional e pelas liberdades democráticas. Para que se instaure o regime democrático popular, os trabalhadores, o campesinato e a classe operária travam processo revolucionário em meio a uma luta de classes, dirigida pelo partido comunista. A implantação da democracia popular requer a derrocada da grande burguesia industrial e financeira e dos latifundiários. E a transferência do poder para as mãos do povo, com o proletariado na vanguarda. Liquidada-se com a dominação burguesa na economia e na política, faz-se a reforma agrária, confisca-se o capital dos grandes monopólios da oligarquia financeira internacional, o que enfraqueceria o capitalismo e representaria um passo adiante rumo ao socialismo.

Cícero Romão Carvalho
Santo Amaro - SP

Democracia deles

Democracia: você tem o direito de obedecer quieto. Ou, então, ditadura. Ditadura salva a pátria dos vermelhos em nome da democracia burguesa

Sangue de subversivos - é o vermelho
Único vermelho nas pátrias livres
(Não serão repúblicas de bananas?
Quem sabe, companhias de exportação.)

Não importa! São mui dignas nações livres
Daremos-lhes o direito de voto
Desde que votem em quem ordenarmos
E, logicamente, nos obedecem

Viva nossa preciosa liberdade
de beber coca-cola e de assistir
a filmes do Vietnã, rodados sempre
na desprezível ra do Tio Sam.

Reinaldo Domingues da Costa
Sorocaba - SP

Homenagem

João Cabral,
O Melo que descobriu
Vida na morte de Severina

Paulo Tedesco Pinto
Caxias do Sul - RS

Clamor do petróleo

Ouvi-me, jovens, ouvi-me!
- Eu sou o petróleo
Nasci da convulsão das eras e trouxe
dentro em mim a metamorfose das idades!
Se tenho a negrura viscosa das noites negras,
Trago o fulgor da luz de novos sóis!
As algemas dos milênios eu quebrei,
tenebrosas masmorras escalei
e os meus braços de ferro aos céus ergui!
- Eia! Progresso!
Correi! Correi!
Voai pela amplidão!
Ao clangor do meu grito marcharam os povos
e me tornei o pedestal das nações livres!
Um dia sonhei com o "El Dorado"!...
- El Dorado! El Dorado! Eu te encontrei!
Parai, ó tempo! Voltai ó séculos!
e das estrelas contemplai um novo mundo!
Vede!
Que estranha flama tremula nas alturas!

Nascimento Morais Filho
São Luís - MA

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo 15 linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - CEP 01318-020 - São Paulo-SP. Ou pelo fax (011) 36.0412

A marca de luta do 8 de março

Sara Sorrentino

Comissão Nacional de Mulheres do PCdoB

Maquiado, mascarado, transformado em maxi-show pela grande mídia, com pequenas ou grandes manifestações, não importa, o 8 de março é sempre um dia de contestação e de comprovação do potencial revolucionário da luta das mulheres por sua emancipação.

Quem vai às ruas, quem se manifesta, em sua maioria, é a mulher do povo, a trabalhadora, a militante de esquerda, a operária que, tanto na forma como no conteúdo, transparece, uma rebeldia que vai além da luta pela simples igualdade aparente e travestida de direitos humanos, vai além de querer apenas homens mais gentis e sensíveis que lavem louça e troquem fraldas.

Foi assim neste 8 de março, no Brasil e no mundo. Na Rússia, mulheres herdeiras da garra das primeiras socialistas, foram às ruas, ainda em pequeno número, mas em meio à neve e ao frio, pedir a volta do socialismo; em Sarajevo, tão violentada e destruída, as mulheres saíram às ruas pedindo paz; a Alemanha viu as mulheres realizarem uma greve e manifestações em todo o país reivindicando igual-

**MULHERES
MOSTRARAM
REBELDIA
NAS RUAS**

dade no trabalho e na família; muitas dessas bandeiras, inclusive, perdidas no processo de unificação, agora voltando ao cenário. As argelinas se levantaram contra a situação da mulher sob o alcorão, proclamando a liberação do véu e da submissão. Em Bangladesh, quatro mil mulheres protestaram contra os planos de controle populacional.

No Brasil, embora refletindo com pouca ressonância, bandeiras políticas é inegável a marca de luta das manifestações, presentes em todas as principais capitais. Portas de fábrica foram panfletadas pela União Popular de Mulheres de São Paulo, com grande receptividade das operárias conscientes de sua capacidade e maior autonomia por terem profissão. A frente do Teatro Municipal, tradicional palco de manifestações desse dia, contou com a presença das mulheres vindas dos vários pontos da cidade, com suas bandeiras contra a revisão, o desmanche das creches feito por Maluf, direito ao aborto, e um colorido que demonstrava a extração popular e combativa da manifestação. Mulheres-pedreiras comemoraram em Pernambuco, o movimento de moradia engrossou a manifestação em Belo Horizonte, o Rio também teve manifestações e a UBM homenageou as metalúrgicas. Em Salvador, teve uma semana de exposições e debates. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Santa Maria e outros municípios também foram realizados atos onde se conclamou às mulheres a dizerem não à revisão. As sessões especiais foram obrigatórias desde a Câmara Federal, às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em quase todo o país. O Brasil todo lembrou, não daquelas top models e estrelas de novela que dão a aparência de que o mundo da mulher é só glamour, festas e sonhos, mas daquela mulher que pega duro no batente da fábrica, que carrega seus filhos pra lá e pra cá, da mulher violentada, da lutadora, que não quer só comida, mas quer também igualdade, respeito e uma estrutura social que a liberte da escravidão doméstica e das relações sociais e familiares opressoras, da mulher que quer ser feliz.

Enfim, embora revelando debilidades na articulação e mobilização do movimento de mulheres, o 8 de março deste ano, serviu de alerta para a intensificação da luta contra a perda de conquistas e do avanço da luta emancipacionista.

Editorial

Batalha de envergadura

A vida vai tratando de mostrar a justeza das afirmações contidas na nota da Direção Nacional do PCdoB de 30 de janeiro deste ano. Dentre outras coisas a nota afirmava que a campanha presidencial é parte da grande batalha do povo brasileiro por um país democrático e independente e de que "não será fácil nem tranquila a eleição de um candidato das forças progressistas. Os conservadores e reacionários tudo farão para derrotá-la". Fica cada vez mais claro que a sucessão presidencial está ligada ao grande embate que se trava no Brasil entre os reacionários e os progressistas.

Fato elucidativo nesse sentido é o acerto do setor majoritário das elites brasileiras em torno do nome de Fernando Henrique Cardoso, que com seu plano dolarizante, foi trabalhado cuidadosamente pela grande mídia, sobretudo a Globo, apresentando-se como presidenciável. Passou a ser a esperança das elites reacionárias de derrotar Lula nas próximas eleições. E, sobretudo, a garantia para o FMI e os Estados Unidos do enquadramento do Brasil no projeto neoliberal.

Editoriais publicados no jornal "O Estado de S. Paulo" de 8 de março expressam claramente isso. Nesses editoriais, intitulados "Do Alasca à Patagônia, via Brasil" e "A responsabilidade do FMI", afirma-se com euforia a melhoria do clima entre o Brasil e os EUA, com a promessa

do chanceler Celso Amorim da futura aprovação do projeto de Lei das Patentes e indicações de que "é no Brasil que está o grande mercado sem o qual não será possível fazer negócios no quadro da zona de livre-comércio do Alasca à Patagônia". E mais, de que o Nafta só se consolidará se o Brasil passar a integrá-lo. Outro fato destacado pelo Estadão é a aprovação de Washington ao Plano FHC2, aspecto decisivo para a melhora da atitude do império americano em relação ao Brasil. Agora, afirma o Estadão, resta afastar a possibilidade da vitória de Lula, o "que poderia afetar muito negativamente o diálogo entre os dois países".

Não bastasse o rolo compressor da revisão, o acordo que levou à apresentação do Plano FHC2, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República é uma cartada decisiva comandada pelo imperialismo norte-americano para dar sequência ao enquadramento neoliberal do Brasil. Mais do que nunca se faz necessária a formação de uma ampla frente das forças progressistas em torno de uma plataforma com caráter democrático, popular e nacionalista e de um nome capaz de enfrentar e derrotar essas forças conservadoras, conforme indicava a nota da Direção Nacional do PCdoB de 30 de janeiro. Idéia que já vem ganhando corpo entre as forças progressistas.



Greve geral pra valer: a resposta

Sérgio Barroso

Executiva Nacional da CUT
Coordenação Nacional da CSC

1. Resposta dos trabalhadores brasileiros a mais um plano de "estabilização" que abarrotava ainda mais os cofres de banqueiros e capitalistas. Impondo novo massacre salarial. A medida provisória 434 do plano FHC2 rouba, em primeiro lugar, a inflação de fevereiro, em torno de 40%. Estabelece o reajuste a partir de março pela média dos últimos quatro meses, o que representa, segundo o Dieese, perdas de 25% a 40% para todas as categorias. Enquanto isso, e só para se ter idéia, os preços da cesta básica subiram 55%, apenas em fevereiro.

Trata-se de um assalto programado contra pelo menos 70% dos assalariados, desesperador para aposentados e pensionistas, para as multidões de deserdados que ainda têm "emprego".

O ministro da Fazenda, é bom recordar, alterou a concepção original de seu plano, anunciado no final do ano passado. Antes, o plano deixaria salários e preços indexados a URV, na base da "conversão voluntária". Alertando sobre o desastre completo que representaria para sua "popularidade" (preços na estratosfera, salários valendo zero, recessão alucinante etc), FHC resolveu ludibriar a Nação e jogar na confusão os trabalhadores: vinculou, a partir de março, a URV aos preços. Essa manobra "maquiavélica" - termo da economista Conceição Tavares - tem contudo curta duração pois não há política salarial prevista na MP quando se processar a mudança para o Real, a nova moeda. Ao que se comenta, entretanto, já haverá inflação, embora mais baixa em função da escandalosa remarcação de preços antes e depois do plano.

**GREVE GERAL
SERÁ UM
PROTESTO
POLÍTICO**

2. Resposta mais que necessária, a greve geral deve ter claro sentido de protesto político. O plano de FHC é a peça - chave do programa neoliberal dos chefes do imperialismo. Junto ao Fundo Social de Emergência aprovado no Congresso, o orçamento para investimento a custeio para as políticas sociais e públicas mantém, no entanto, cerca de 65% do mesmo orçamento inteiramente comprometido com o pagamento das dívidas externa e interna. Ou seja, assegura a sobrevivência de uma causa inflacionária estrutural e é recessivo.

Muito mais grave ainda: o plano processa a dolarização da economia brasileira. O que significa - não se tenha qualquer dúvida - o golpe de misericórdia na soberania nacional. É um plano que segue os passos de seu "irmão", o "Cavalo" da Argentina, onde hoje só existe escombros do que foi o parque industrial e o desemprego triplicou em pouco mais de dois anos (alcançou 18% da PEA mês passado e o povo enfrenta um verdadeiro pesadelo social).

Não bastasse isso, o pirata Faijebaum do FMI, expulso do país por Collor por exigir então uma nova Constituição, encontra-se acampado em Brasília há mais de 20 dias monitorando o plano. E o governo dos EUA acaba de anunciar completo apoio ao plano, declarando entusiasmo à candidatura de FHC à Presidência, contra Lula!

Portanto, a CUT tem a obrigação de tensionar todas as forças para a realização de uma poderosa greve geral. Greve que deve derrotar a MP 434, condenar e denunciar ao povo o plano lesa-pátria de FHC, e dizer Não à revisão constitucional. O que tem que ocorrer logo, antes do final do mês de março. Fundação Stanislau Grobowski de combate. Não há tempo a perder.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Stanislau Grobowski

CRÔNICA DE

Brasília

Ministério da Justiça beneficia ação da Esso

Luiz Aparecido

Uma luta de muitos anos da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional (Cebracan) e da empresa Kimikoil, de São Paulo, foi bombardeada na semana passada pelo Ministério da Justiça. Uma ação acusatória de abuso de poder econômico, repleta de provas e pareceres técnicos e econômicos da Secretaria Nacional de Defesa Econômica, foi ignorada por um parecer do secretário Antonio Gomes, que recomendou ao ministro Maurício Correia o arquivamento.

Nessa ação da Cebracan, a Esso era acusada de cometer inúmeras fraudes fiscais e de mercado que beneficiaram a multinacional em milhões de dólares. Ela é também acusada, e há comprovações, de criar uma empresa fictícia de transporte de combustível para ficar com o dinheiro do frete e estabelecer monopólio no setor, o que é terminantemente proibido por lei.

Em função dessa ação da multinacional do petróleo, dezenas de pequenas e médias empresas nacionais de transporte de combustível, como a Kimikoil, foram retiradas do mercado. Há ainda denúncias dos distribuidores de combustíveis de que a Esso não entregava álcool, gasolina e combustível nos dias que precedessem os aumentos de preços, prejudicando os varejistas e os consumidores.

Pois bem, com centenas de quilos de provas já encaminhadas ao Ministério da Justiça, o secretário de Defesa Econômica teve coragem, mesmo contrariando pareceres já emitidos por técnicos do Ministério, de sugerir ao ministro o arquivamento da ação de abuso de poder econômico. A bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, mais os deputados Nilton Baiano, do PMDB capixaba, e Vivaldo Barbosa, do PDT carioca, estão empenhados em fazer com que o ministro reabra o processo e obrigue a Esso a devolver aos cofres públicos os milhões de dólares surrupiados e indenizar as empresas nacionais prejudicadas.

E as cassações... O show con-

tinua. O corregedor da Câmara, depois de fazer tanta firula, acabou por inocentar quatro deputados e enviar à Procuradoria Geral da República o processo contra outros oito. Ou seja, lavou as mãos. É, já não se fazem mais Fernandes Lyras como antigamente.

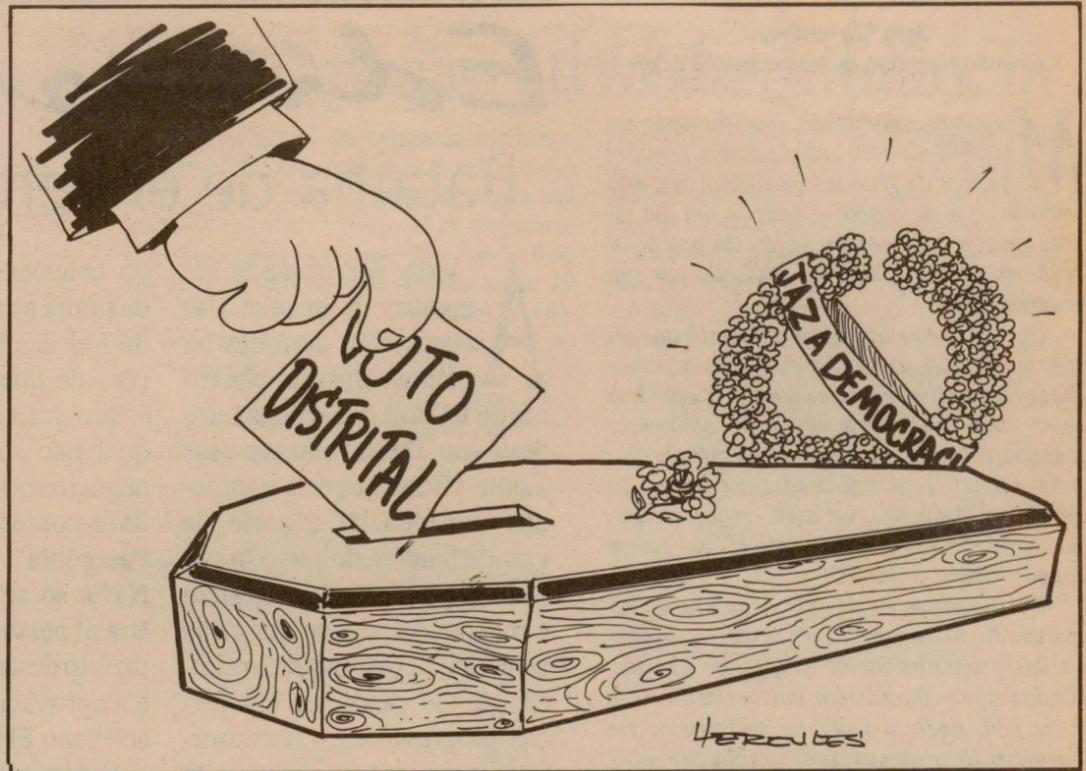
Agora, nas comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, o processo contra os demais acusados corre. Venceu há duas semanas o prazo de apresentação de defesa e todos entregaram calhamaços de papéis tentando desprovar o que todo mundo já sabe. Fora a branca de neve, Raquel Cândido, que de candidata não tem nada, mas simulou dois suicídios e ameaçou matar o presidente da Câmara e o diretor da Casa se não pagarem seu tratamento. E ainda prometeu se suicidar com um tiro, totalmente nua, no salão verde da Câmara. É fantástico, o show da vida.

O novo presidente da Comissão de Justiça, deputado Tomás Nonô, promete até o dia 15 apresentar ao plenário seu relatório e assim apressar o processo cassatório dos acusados. A nação espera ansiosa o desenrolar dessa novela e que ela não tenha o final feliz das suas similares da Globo.

Enquanto isso, o corrupto Roriz continua governando Brasília e limpando os cofres da capital federal, e os deputados e o senador acusados de pertencerem à máfia do orçamento continuam votando na revisão constitucional e fazendo as presepadas de sempre.

Fernando Lero e URV. Não se fala em outra coisa em Brasília que não a candidatura de Fernando Lero Cardoso para a Presidência da República. Finalmente as elites e as aves de rapina que desmandam nesse país há séculos encontraram o candidato ideal para enfrentar Lula. Acertaram na mosca. O homem fala bem, mente melhor ainda, tem apoio da mídia, principalmente da Globo, e não faz nada no governo sem antes pedir a bênção da Fiesp, CNI e Febraban.

Sua criação de URV não serve para nada a não ser aboletar os salários dos trabalhadores, os preços disparam sem parar e os industriais e banqueiros riem à toa. O cenário ideal para a aliança PSDB-PFL. Mas o povo sabe dar resposta na hora certa.



Cidadania facultativa

▼ Cientistas políticos e filósofos, como Juergen Habermas, por exemplo, vêm denunciando a democracia meramente formal, ou ficcional, vigente na maioria dos países, como uma contrafação da verdadeira democracia

Sérgio Sérvulo da Cunha

Jurista, ex-vice-prefeito de Santos-SP

Não se trata da velha crítica ao sistema representativo, assoalhada nos idos de 30 tanto pela direita quanto pela esquerda. Mas de uma comprovação: os sistemas eleitorais, modelados pelos interesses predominantes, perderam sua função primária, a formação de um governo representativo, e conservaram apenas sua função secundária, que é inseparável da primeira, a legitimação do poder.

Por isso um governo Clinton é tão igual a um governo Bush. Nos Estados Unidos o voto é facultativo. Entretanto, os índices de abstenção costumam superar os 60%. Isso significa que a maioria dos eleitores inscritos - presumivelmente a faixa mais consciente da cidadania - desiste de votar no dia da eleição: postos diante de fatos consumados, de escolhas dirigidas, descobrem a inutilidade de seu voto.

A existência do voto distrital é grandemente responsável por esse quadro, pois torna as eleições não-competitivas. Seu objetivo é transformar o exercício da política em monopólio de um, dois, ou no máximo três partidos. À medida que se realizam novas eleições, os partidos menores vão morrendo, cessa a representação das minorias, e só sobrevivem os representantes da oligarquia, que em nada se diferenciam. No México, por exemplo, o voto distrital permite a ditadura do PRI, travestida de democracia, há aproximadamente 70 anos.

Por isso, as propostas sobre o sistema eleitoral, em curso no Congresso, são mais danosas para o Brasil e seu povo do que a entrega das nossas riquezas estratégicas. Aqui, trata-se de entregar essas riquezas às multinacionais. Mas, no to-

cante ao sistema eleitoral, trata-se de uma renúncia à democracia e a qualquer possibilidade de transformação do Estado pelo voto.

Direito-dever. Nesse quadro se inscreve também a proposta do voto facultativo. Aparentemente libertária, ela faz parte do pacote "modernizador" que desembarcou no Brasil com o governo Collor. Na verdade, o que se pretende é ressuscitar o voto de elite, que existiu no passado sob a forma de voto censitário. Você chega para o fulano que não tem escola, que não tem salário, que não tem informação - em suma, que perdeu qualquer vínculo participante com as instituições - e, na esperança de que seu voto não conspurque a urna, lhe diz que pode ir à praia em vez de votar. Formaliza-se o apartheid econômico e social. Despreza-se a força simbólica do voto, o poder pedagógico da eleição.

Do ponto de vista retórico, essa proposta parte do conceito de que o voto é um direito, e de repente descobre-se que o brasileiro - a quem se nega o direito à escola, ao salário, à informação - tem o direito de não votar.

Sem dúvida, o voto é um direito, mas não apenas isso. É um direito-dever, ou seja, uma prerrogativa. Como toda prerrogativa, não existe no interesse do seu titular, mas para que ele possa desempenhar um papel. No caso, o papel de cidadão, membro da sociedade, co-responsável pelo que ela é, de bom e de ruim, e usuário dos seus benefícios. Seus deveres para com o Estado não se reduzem ao pagamento de tributos, à prestação de serviço militar, ou do serviço como mesário.

No passado, o espectro eleitoral era puro: ficavam de fora os economicamente incapacitados, as mulheres, os analfabetos. Agora pretende-se voltar atrás e deixar de fora os marginalizados. Não, o caminho não é por aí: o da desagregação. Essas são fórmulas cuja aparente gratuidade oculta seus verdadeiros propósitos. Se o objetivo é aperfeiçoar a democracia, que se dê aos marginalizados oportunidade de participação. Se o objetivo é aperfeiçoar o sistema eleitoral, que se comece por seus reais defeitos: o abuso de poder econômico, a fraude nas apurações. De que adianta haver impedido Collor para, em seguida, fazer aquilo de que ele era encarregado?

Elites já têm candidato

▼ Após muito negar Fernando Henrique Cardoso acabou por admitir que será candidato à Presidência da República. Os setores majoritários da elite o escolheram para defender o projeto neoliberal na disputa de outubro

Dilermando Toni

Efetivamente após a aprovação por ampla maioria do Plano Social de Emergência e do lançamento da URV a situação de indefinição de um nome preferencial das elites para disputar a Presidência da República, que perdurava há longos meses, sofreu uma alteração substancial. Hoje a maior parte das elites vai se compondo em torno de um candidato de fato: Fernando Henrique Cardoso.

O Plano de Estabilização de FHC foi o veículo que permitiu a aglutinação dos setores majoritários da elite, Fiesp, banqueiros, oligopolistas, capital estrangeiro, etc. É um Plano com forte componente político eleitoral. Não visa uma estabilização duradoura da economia, senão garantir a vitória do candidato de setores significativos da burguesia brasileira e do capital financeiro internacional nas eleições presidenciais que se aproximam, derrotando o perigo da esquerda representada pela candidatura de Lula.

Através das negociações do Plano se procedeu ao adiamento do prazo para a revisão constitucional, com o compromisso de inserir na agenda da revisão a discussão dos monopólios estatais e, a curto prazo, a discussão da adoção do voto distrital misto, entre outras coisas.

Através do Plano pretende-se chegar às vésperas da eleição com uma taxa de inflação mensal muito inferior à atual, que será o mote principal da propaganda da candidatura de FHC.

É preciso frisar ainda que a moeda estará dolarizada e a dívida externa sendo paga rigidamente, e portanto estarão garantidos os interesses dos banqueiros internacionais e do FMI. Além disso, o alto volume de reservas internacionais (US\$ 34 bilhões), o déficit público sob controle e maiores facilidades para as importações (a alíquota média caiu de 40% para 14%) - tudo isto feito às



custas do sacrifício dos trabalhadores e da soberania nacional - poderão funcionar como socorro ao Plano em caso de necessidade. São condições para um clima parecido com o que se criou à época do Plano Cruzado e que possibilitou a então vitória eleitoral do PMDB.

PSDB, PFL, PP, PTB e parte do PMDB. As dificuldades que as elites vinham encontrando para se acertar em torno da sucessão presidencial parecem assim superadas no fundamental. FHC, com forte cobertura da grande imprensa, prepara agora sua saída do Ministério da Fazenda. Caso o prazo de desincompatibilização permaneça como está, FHC teria que sair no final de março entrando alguém do tipo de Tasso Jereissati ou José Serra.

Nesse sentido são significativas as declarações de Alcides Tápias, presidente da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e de Lázaro Brandão, presidente do Bradesco: "O importante é que o ministro delegue corretamente a condução do Plano", disseram no último dia de fevereiro.

O maior expoente do PFL, o governador baiano Antônio Carlos Magalhães, lançou a candidatura de FHC no dia 28 de fevereiro. O nome mais cotado para vice é exatamente seu filho, Luiz Eduardo Magalhães, deputado federal e líder do PFL na Câmara dos Deputados. A chapa foi lançada pelo deputado Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara na quarta-feira, 2 de março.

Além dos conservadores baianos entra com peso o esquema pernambucano de Marco Maciel e Roberto Magalhães. Pode-se ganhar ainda o concurso do grupo Sarney, majoritariamente no PFL, que a esta altura descarta a candida-

tura de seu líder. O deputado Sarney Filho expressou seu apoio à aliança do PSDB com o PFL em torno de FHC na terça-feira, 1º de março.

A composição dos setores mais importantes das classes dominantes em torno de FHC continua com a retirada da candidatura de José Eduardo Andrade Vieira, banqueiro e ex-ministro, garantindo o apoio do PTB (anunciado em 1º de março), passa pela adesão do PP de Álvaro Dias, chega ao Rio Grande do Sul com os dissidentes do PMDB (Britto, Simon, Jobim, etc.), vai a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro com as candidaturas do PSDB a governador de Eduardo Azeredo (apoiado por Hélio Garcia) e Marcelo Alencar respectivamente.

A inserção de Covas neste contexto, forte candidato ao governo de São Paulo, enterra quaisquer veleidades de setores do PT que pretendiam apoiá-lo em troca do apoio à candidatura de Lula. Ainda do PSDB vem apoio do Ceará: Ciro Gomes e Tasso Jereissati. De Sergipe o senador Albano Franco, recém-ingresso no PSDB. Acrescente-se a tudo isso o já declarado apoio de Itamar Franco, os recursos do Fundo de Emergência e a bancada federal desses partidos de cerca de 200 deputados.

Catástrofe que ameaça. A candidatura de FHC se situa desta forma no centro direita do espectro político. Diferentemente de 89 quando Collor se opunha no discurso ao governo Sarney, vai apregoar a necessidade de FHC tornar-se presidente para dar continuidade a seu "trabalho saneador" como ministro. O "passado" de FHC tentará atenuar o direitismo do PFL.

Programaticamente defende a aceleração do projeto neo-

liberal com ênfase para a adoção do voto distrital misto, a "flexibilização" dos monopólios das telecomunicações e do petróleo, maiores facilidades para o capital estrangeiro, mais endividamento do país e pagamento integral das dívidas. Pode-se ver a afinação dos conservadores pelas propostas encaminhadas à revisão por FHC e os outros partidos da frente neoliberal. O mesmo programa de Collor de Mello aplicado por um homem mais confiável para as classes dominantes. Vitoriosa essa articulação, o Brasil deixaria de estar atrasado em relação ao México, ao Chile e à Argentina e entraria de vez no neoliberalismo.

Tal acordão de parte significativa das elites, pelo menos no momento, dificulta as pressões de Maluf, à direita, e a vida de Quéricia, ao centro, também representantes das classes dominantes. Essas candidaturas conservadoras além de não terem decolado enfrentam obstáculos de monta. Sob Maluf pesa o estigma da corrupção Pau Brasil; Quéricia tem um PMDB irremediavelmente dividido.

Dificuldades de FHC. Embora com um esquema político articulado nacionalmente no qual se destacam as oligarquias nordestinas e a alta burguesia do sudeste, com grande apoio da mídia - a rede Globo já entrou com tudo na campanha - e dinheiro a rodo, a candidatura de FHC enfrentará dificuldades grandes.

Para começar dentro de sua própria casa. O PSDB baiano dos deputados Jutahy Magalhães Jr. e Waldir Pires não aceita a aliança com o PFL/ACM. Na mesma situação está o setor mais progressistas do PSDB de Brasília, no qual se situa o deputado Sigmaringa

Seixas. Essas forças poderão vir apoiar Lula, caso se consuma a aliança do PSDB com o PFL, segundo Jutahy Jr. declarou dia 3 de março.

Depois vêm as dificuldades do Plano. É óbvio que há um limite entre o discurso de FHC de que o Plano é bom para os trabalhadores e a realidade da perda brutal do poder de compra dos salários em relação à explosão de preços que se verifica. Tem pernas curtas a mentira de que FHC quer coibir os "abusos" dos oligopólios.

Podem ser computadas também as características pessoais do candidato. FHC é um homem de gabinete que em batalhas anteriores já demonstrou não ter disposição para disputar o voto no corpo a corpo. Diante de dificuldades amofina-se.

Perspectivas. Assim, em que pesem as indefinições, as articulações ainda em andamento e o fato da campanha estar só no começo, a polarização tendencial será entre FHC/projeto neoliberal e Lula representando os setores democráticos e nacionalistas, em oposição ao neoliberalismo. E não mais entre Lula e Maluf como parecia até há pouco tempo. Isto é o que indicam as pesquisas sobre a eleição presidencial divulgadas dia 6 de março, domingo.

Mais que razão tinha a nota da Direção Nacional do PCdoB de 30 de janeiro quando dizia que "não será fácil nem tranquila a eleição de um candidato das forças progressistas" e com base nisso propunha uma frente das forças progressistas para enfrentar as forças conservadoras na batalha de outubro.

Passado um mês e meio fica evidente que a campanha será mais difícil do que parecia para muitos. Agora com FHC a elite parte para a ofensiva.

Nessa situação a responsabilidade do PCdoB na campanha cresce muito mais. Será preciso redobrar o esforço para que a candidatura progressista adote um programa de demarcação clara em relação ao neoliberalismo, que esse programa represente o conjunto da frente e para que amplie o leque de alianças com base nesse programa. A proposta do PCdoB de se fazer uma reunião das forças progressistas para tratar das eleições vai ganhando a simpatia de vários partidos e personalidades progressistas.

Mais que isso. Só com o estímulo à mobilização popular contra FHC, o governo e seu Plano é que poderemos criar um clima mais favorável à eleição dos candidatos comunistas.

BANCADA Comunista



Paulo Costa

Destaque político

Em prêmio oferecido pela Rádio Alvorada, pelo terceiro ano seguido o vereador Paulo Costa, do PCdoB de Guanambi, Bahia, foi escolhido o destaque na área política da cidade em 1993. Ele é presidente da Câmara Municipal, presidente da União dos Vereadores da Micro-Região (Uvermig) e

ARQUIVO diretor de Comunicação da União dos Vereadores do Brasil. Costa organizou dois encontros que culminaram na criação da Uvermig, que presta serviços a 18 municípios, impulsionando a ação das câmaras municipais. Dirigindo a Uvermig, Costa liderou o movimento suprapartidário de defesa da lavoura algodoeira, obrigando o ex-ministro da Agricultura, Barros Munhoz, a visitar a região e ouvir as reivindicações dos lavradores. Costa também foi a Brasília pedir ao ministro da Cultura liberação de verbas para o centro cultural de Guanambi, cujos recursos foram alocados no orçamento da União pelo deputado Haroldo Lima, líder do PCdoB na Câmara dos Deputados. Respeitado pelos adversários, Costa organizou sessões especiais da Câmara para tratar de assuntos relevantes e é apontado pelos analistas políticos como forte candidato à Prefeitura em 1996.

CPI das Empreiteiras

A Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou requerimento do deputado Eron Bezerra (PCdoB) solicitando ao Congresso Nacional a imediata instalação da CPI das Empreiteiras. Eron

argumenta que a CPI do Orçamento poderia ter ido além mas não foi por força do lobby empresarial que impôs seu fim mais cedo. "Os corruptores vão ficar impunes?", pergunta Eron.

Liza em ação

A Câmara Municipal de Uberlândia aprovou projeto dos vereadores Liza Prado (PCdoB) e Bauer Dias, que obriga edifícios públicos a portarem obras de arte em lugar visível. Casas de espetáculos, escolas, estádios e outros prédios devem ter obra de artista plástico profissional, como quadros, painéis, murais, cerâmica,

fotografia ou escultura, escolhidas por concurso público. "O importante é que a população tenha contato direto com a arte", diz Liza. Ela também apresentou projeto que obriga ônibus urbanos a portarem uma placa informando o telefone do órgão encarregado de receber reclamações dos usuários.

Fundo no Pará

O deputado estadual Neuton Miranda (PCdoB) propôs à Assembléia Legislativa do Pará a criação de um Fundo de Desenvolvimento para beneficiar vários municípios paraenses. A exemplo do que ocorre em Minas Gerais e Espírito Santo, o Fundo equivaleria a 8% do lucro líquido anual da Companhia Vale do Rio Doce obtido em atividades da empresa no Pará. Além disso, Neuton reivindica que a fábrica metalúrgica para beneficiamento do cobre, que vai servir às necessidades do Projeto Cobre-Salobo, desenvolvido pela

CVRD, seja instalada em Marabá. Argumenta o deputado que enquanto a Vale obtém recordes de produção em suas minas de ferro e manganês na Serra de Carajás, os municípios paraenses afetados pelo projeto continuam passando graves dificuldades nas áreas de saúde, educação, moradia e saneamento básico. No final de março vai ser feito em Marabá um seminário para tratar da proposta com representantes da empresa, dos municípios atingidos, políticos, imprensa e pesquisadores.

Índios e seringueiros

O vereador Francisco Batista, do PCdoB de Tarauacá, no Acre, enviou documento ao ministro da Justiça pedindo providências para efetivar demarcação da área indígena conhecida como "Praia do Carapanã", no município de Tarauacá. Batista, que também é da direção do Conselho Nacional dos Seringueiros, chama atenção das autoridades para a necessidade urgente de medidas para evitar o aprofundamento do conflito entre madeireiros, seringueiros e índios. E pede ainda o cumprimento da Constituição, que garante a demarcação de todas as terras indígenas. A Funai respondeu informando que fez convênios para identificação e delimitação da área e agradeceu o empenho de Batista nessa luta. A notícia positiva causou euforia na co-

munidade, que renova esperanças de continuar resistindo à opressão capitalista. O vereador se destaca entre os seringueiros pela defesa de uma política de preço da borracha que garanta permanência desses povos na floresta. A luta já teve conquistas:

o contingenciamento de verbas de 64% para produção nacional de borracha (antes era de 31% e não respeitado pelas indústrias) e o reajuste mensal do preço da produção nacional de acordo com a taxa do dólar, não aceito pelas indústrias multinacionais de pneus, que querem o mercado livre para importação.



Francisco Batista

Revisão aos trancos e barrancos

▼ O Congresso Revisor aprovou dia 9 de março a redução do mandato presidencial para quatro anos, já para o próximo presidente da República, e rejeitou a reeleição de prefeitos, governadores e presidente. O prazo de desincompatibilização de ministros, governadores, prefeitos e secretários de Estado permanece 2 de abril

Sueli Scutti



Na última hora o relator da revisão, Nelson Jobim, mudou seu parecer sobre prazo de desincompatibilização. Antes, ele queria reduzir para três meses. Ao ver que seria derrotado, votou contra a redução. Jobim não foi o único derrotado. Os governadores, especialmente o paulista Fleury, saíram vencidos porque queriam diminuir o prazo para deixar o cargo e concorrer à eleição de outubro. Dentro dessa agenda política, na semana anterior o Congresso tinha aprovado a manutenção do cargo de vice-presidente da República.

Nesta semana está previsto votar a adoção do voto distrital misto (veja matéria na página 4) a partir de janeiro de 1995. Jobim não detalha sua proposta mas quer o sistema semelhante ao alemão em que 50%

dos parlamentares são escolhidos pelo voto distrital e 50% pelo voto proporcional. Em cada distrito disputa um candidato por partido. Na parte proporcional o voto é computado para o partido e elege-se o primeiro candidato da lista indicada pela legenda. Antes dessa votação, o Congresso vai apreciar a instituição do voto facultativo, outra "modernidade" apregoada por Jobim.

Os revisionistas pretendem começar a votar também nesta semana as mudanças na ordem econômica da Constituição, como os monopólios estatais, a ação do capital estrangeiro e a diferenciação entre empresa brasileira e empresa de capital nacional. Pelo acerto anterior, depois da agenda política seriam votados os pontos sobre poder Judiciário, mas os grandes partidos querem inverter e passar a ordem econômica para primeiro lugar. Jobim deve apresentar nos próximos dias seu parecer sobre o capítulo econômico. O presidente do Congresso, Humberto Lucena, fala em instituir o "esforço concentrado", inclusive com sessões nos fins de semana, para apressar a revisão e garantir que ela seja feita de qualquer maneira.

Obstruir é preciso. A proposta de Lucena é reflexo da pressão das elites brasileiras e dos grupos econômicos estrangeiros, expressada pelos meios de comunicação que têm criticado os congressistas acusando-os de gazeteiros e vagabundos. A Rede Globo faz campanha insistente contra o Parlamento e por trás disso está o interesse de Roberto Marinho em abocanhar o setor de telecomunicações. Se a revisão aprovar o fim do monopólio estatal no setor, a Globo tem o caminho aberto com a possível privatização da Telebrás.

Os revisores têm um aliado forte: o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Ele afirma constantemente que seu plano econômico só vai dar certo se for feita a revisão. Se deixar o cargo dia 2 de abril para se candidatar à Presidência, provavelmente Cardoso vai liderar a bancada revisora no Congresso para continuar seu programa de desmantelamento do Estado brasileiro e de favorecimento da classe dominante.

Os partidos contrários à revisão ganharam apoio do PTB. A tática do PCdoB, PT, PDT, PSB, PSTU e PTB é a de obstruir as votações para atrapalhar a consumação do fato. O PTB, embora dividido, também exige mais democracia nos debates, não aceita o poder centralizador de Jobim. A liderança petebista é contrária ao voto distrital. Embora estejam em obstrução, PDT e PT decidiram participar das votações mais importantes quando houver quórum. Foi o que ocorreu dia 9, quando apoiaram a redução do mandato de presidente para quatro anos.

Contras resistem à pressão

Os partidos e entidades contrários à revisão constitucional continuam reagindo ao rolo compressor revisionista. Numa iniciativa da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações e sob coordenação da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), foi lançada dia 7 de março em Brasília a Frente Parlamentar em Defesa do Monopólio Estatal das Telecomunicações num ato político que reuniu 36 deputados e senadores, entre os quais sete líderes de partidos. A Frente reúne-se dia 15 de março para traçar os próximos passos.

No dia 10 de março foi lançado em Brasília o livro "Petrobrás: uma batalha contra a desinformação e o preconceito", do jornalista carioca Ricardo Bueno, mais uma arma na briga contra a reforma.

Nos dias 15 e 16 de março as centrais sindicais e as entidades estudantis vão a Brasília protestar contra o plano econô-

mico que instituiu a URV e a revisão constitucional. Há no Congresso Revisor cerca de 350 emendas envolvendo assuntos dos trabalhadores. A maior parte retira ou piora conquistas trabalhistas e sociais. CUT, CGTs, Força Sindical e federações de aposentados preparam caravanas de todo o país e tentam uma greve nacional possivelmente para 23 de março. A data vai ser confirmada pelos dirigentes sindicais.

Os estudantes, liderados pela UNE e pela Ubes, também denunciam o ensino pago e os abusos nos preços das mensalidades escolares. Eles exigem o fim do sucateamento da educação pública.

No dia 16 de março os petroleiros fazem greve pela manutenção do monopólio estatal e em defesa da Petrobrás. A organização do movimento confia na total adesão da categoria em todo o país.

FÁBIO LUCAS

▼ Com 28 livros publicados sobre ciências sociais e literatura, este mineiro de Esmeraldas já lecionou em universidades brasileiras, norte-americanas e uma portuguesa. Fábio Lucas foi eleito, dia 11 de março, presidente da União Brasileira de Escritores (UBE), pela terceira vez (já foi presidente nos biênios de 1982 a 1986), com objetivo de unir os escritores em defesa da cultura nacional. Ele analisa para *A Classe* a situação do mercado editorial na área literária e comenta os projetos da UBE

por Marcos Ruy

Classe - Apesar da forte penetração imperialista, a Europa resiste e defende sua cultura. A UBE propõe algo parecido para o Brasil?

Fábio - Nós estamos sendo submetidos a um processo de dismantelamento da cultura literária brasileira. Esse processo é impulsionado por duas forças, uma internacional, que faz revigorar o colonialismo cultural no país. O imperialismo age para tornar os países cada vez mais dependentes. Isso acontece desde os primórdios da história. A Grécia antiga dominou quase todo o mundo conhecido na época e impôs sua cultura, com Roma aconteceu igual. Hoje não é diferente, por isso é muito importante um projeto de defesa da cultura nacional. O imperialismo já chega a determinar o gosto das pessoas, a maioria toma coca-cola e come hambúrguer no mundo inteiro. A outra força é o provincianismo. Neste caso quanto mais provincianas as pessoas forem, mais deixam de olhar os seus valores e contemplam os alheios. Com isso, somos hoje mais dependentes dos EUA do que fomos de Portugal nos últimos tempos da colônia.

Se um estrangeiro chegar ao Brasil e desejar ouvir música brasileira, encontrará dificuldades. Se chegar um escritor, um diplomata, um embaixador em Brasília e quiser consultar uma coleção de livros brasileiros numa biblioteca pública, não encontrará biblioteca. Brasília é a única capital no mundo que não tem biblioteca pública.

Classe - Qual o papel da indústria cultural nesse processo e a que o senhor atribui esse dismantelamento da literatura brasileira?

Fábio - A indústria cultural passou como um trator sobre o espaço vazio criado pela falta de suplementos literários, que desapareceram de nossa imprensa. Na década de 50, todos os jornais tinham um suplemento literário. Isso significava que a informação literária era prestigiada pelos meios de comunicação. Atualmente a indústria cultural está voltada para a mercantilização de tudo. E os órgãos de imprensa

valorizam apenas o aspecto mercantil em detrimento do cultural. Tudo está virando espetáculo. E como a literatura não se enquadra nesse mote, fica fora dos veículos de comunicação.

Classe - Num país como o Brasil, de poucos leitores, isso se reflete também na produção literária?

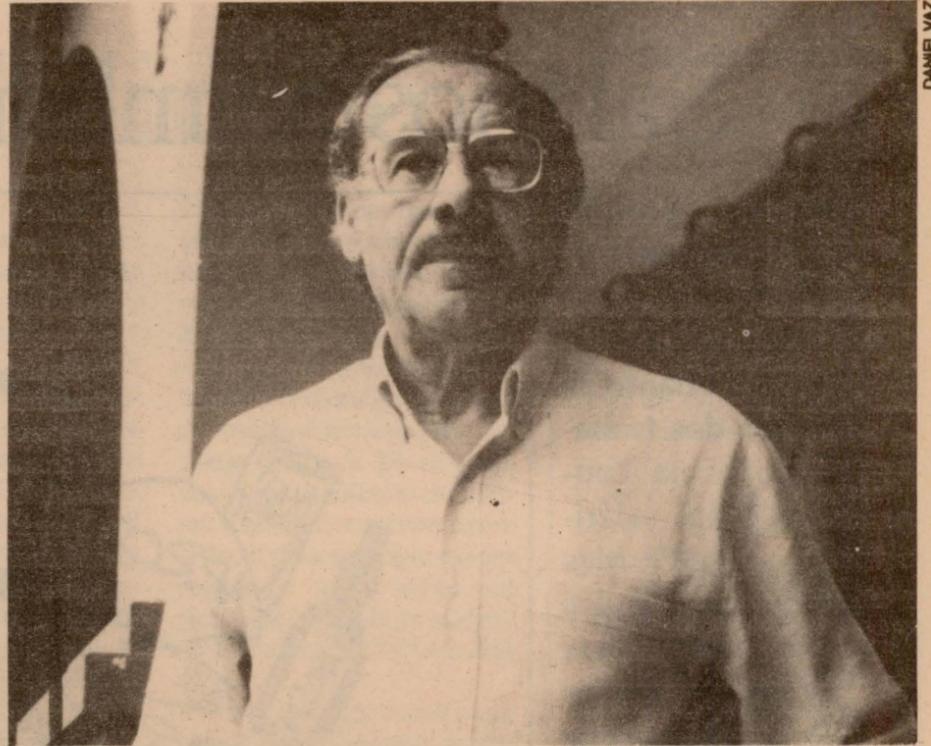
Fábio - A literatura exige primeiro uma leitura e toda leitura deve ser associada a uma reflexão. Numa sociedade eletrônica, de comunicação visual instantânea, as pessoas são subordinadas a um bombardeio constante de informações, mas não retêm nada. O mais curioso no Brasil é que ao invés da imprensa escrita ser uma alternativa à mídia eletrônica, é um prolongamento dela. Mas eu acredito que as pessoas já sentem falta de algo mais sério. Antes nós colecionávamos jornais. Hoje você pega o jornal no dia seguinte e não tem nada para se guardar, porque a imprensa fica nessa idéia de que só a notícia de impacto é que deve ser transmitida, então não sobra nada.

Classe - No Congresso Nacional tramita a Lei da Informação Democrática. Se aprovada, pode ajudar os escritores?

Fábio - A democratização dos meios de comunicação faz parte do projeto da UBE para combater a massificação da cultura. O jornalismo além de ser informativo, precisa ter também um pretexto para a reflexão. Eu percebo que as pessoas estão procurando algum órgão que fale seriamente de literatura, não episodicamente ou apenas para vender sem observação crítica e cultural daquilo que está produzindo.

Classe - A UBE tem um projeto político para defender a cultura nacional? Como a entidade pretende fazer isso?

Fábio - Tradicionalmente a UBE mantém duas frentes de luta. Uma em torno da profissionalização do escritor, que batalha pelo respeito aos direitos autorais, e outra que é a defesa da liberdade de expressão. Por isso, a entidade teve uma grande função no processo de abertura. Dentro da UBE surgiram gritos importantes em favor da liberalização durante a ditadura. Agora, além dessas funções, a UBE vai tentar incrementar a atividade cultural. O



DANIEL VAZ

sistema literário brasileiro está desarticulado. Na época do modernismo havia um grupo de escritores elogiando uns aos outros e outro espinafrando com os modernistas, mas existia um sistema funcionando, ninguém ficava em silêncio. O grande problema nosso é o silêncio. Com isso, não estamos constituindo um sistema literário no Brasil, mas constelações de estrelas individuais. Quase ninguém fala dos outros, mas somente de si. A UBE vai tentar fazer novamente uma associação dos escritores. Vai procurar manter contato com os escritores de todos os estados do país. Fazer uma confederação de UBEs, implantando a entidade em cada capital dos estados.

Classe - Como está a questão do direito autoral no mercado editorial brasileiro? Existem muitos escritores sobrevivendo exclusivamente dessa profissão?

Fábio - Está sendo discutida no Congresso uma nova lei de direito autoral. Essa lei tem grande alcance para toda a produção artística do país. Ela dá ênfase ao direito do autor e foi elaborada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, extinto pelo governo Collor. Há um outro projeto que representa uma regressão de mais de um século na questão. Então, os escritores necessitam de uma articulação ampla para unir escritores, editores e livreiros. Na medida que tivermos uma maior escala na produção literária, um maior número de leitores, o escritor poderá se arremeter e receber direitos autorais que consigam fazer dele um profissional. Se houver uma demanda capaz de manter mil, dois mil escritores em plena atividade, teremos a melhor literatura do mundo.

Classe - Fora a conhecida crise, a UBE tem projeto para ampliar o número de leitores? Por que se lê tão pouco no país?

Fábio - Falta no Brasil uma rede de transmissão, principalmente livrarias, para levar os livros para todos os recantos do país. Falta uma rede de livreiros que existia quando eu estava à frente do Instituto Nacional do Livro, que também foi extinto por Collor. A ampliação do número de leitores depende também de um estado de espírito. Não depende somente do escritor, do editor, do livreiro ou da imprensa. Eu acredito que o primeiro passo teria de ser dado

do ponto de vista político, ou seja, criar um projeto de alfabetização de todo o povo brasileiro. Com esse processo bem desenvolvido você cria leitores. Na medida que se cria um grande número de leitores, cresce a demanda que pode tornar o preço unitário do livro mais barato. Num país de 150 milhões de habitantes, é inconcebível que as tiragens de livro girem em torno de 2, 3, 4, 10 mil exemplares. E não há possibilidade de uma civilização progredir se não for intermediada pelo livro.

Classe - Em países da Europa, o governo dá subsídios para a produção literária. A rede pública de bibliotecas compra um certo número de livros assim que são publicados. No Brasil existe a possibilidade de fazer algo parecido?

Fábio - No Brasil não existe amparo governamental para o escritor. Havia um sistema de bibliotecas ligadas ao INL, que foi dismantelado por Collor. Hoje o sistema de bibliotecas está totalmente desassistido. Não se pode compreender que escolas de primeiro e segundo grau não tenham bibliotecas para os estudantes. Não se criam leitores e assim não existe o mercado que é hoje o grande templo do neoliberalismo. Além disso, o mercado não está preparado para a obra literária. Em viagens pelo país, vejo um grande potencial para a retomada de uma produção literária no país.

Classe - Essa nova demanda entraria como alternativa à larga escala da publicação de livros estrangeiros, com um grande número de literatura de baixa qualidade e principalmente livros de "auto-ajuda", de misticismo etc?

Fábio - Esse tipo de leitura é impingida, mas são obras que não acrescentam nada à cultura brasileira. Contudo, é o leitor quem decide o que vai comprar. A demanda, porém, é formada por informação e o que está faltando no Brasil é informação sobre o livro. Precisamos prestigiar o livro, tornar a produção literária representativa de nossa cultura principalmente com o ensino. O ensino é fator também de socialização, porque dividimos o saber. E como a civilização do futuro é a civilização da cultura, nós precisamos preparar o Brasil para isso.

A CIVILIZAÇÃO DO FUTURO É A CIVILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

COLONIALISMO E PROVINCIANISMO PREJUDICAM A CULTURA NACIONAL

Salários na média, preços no pico

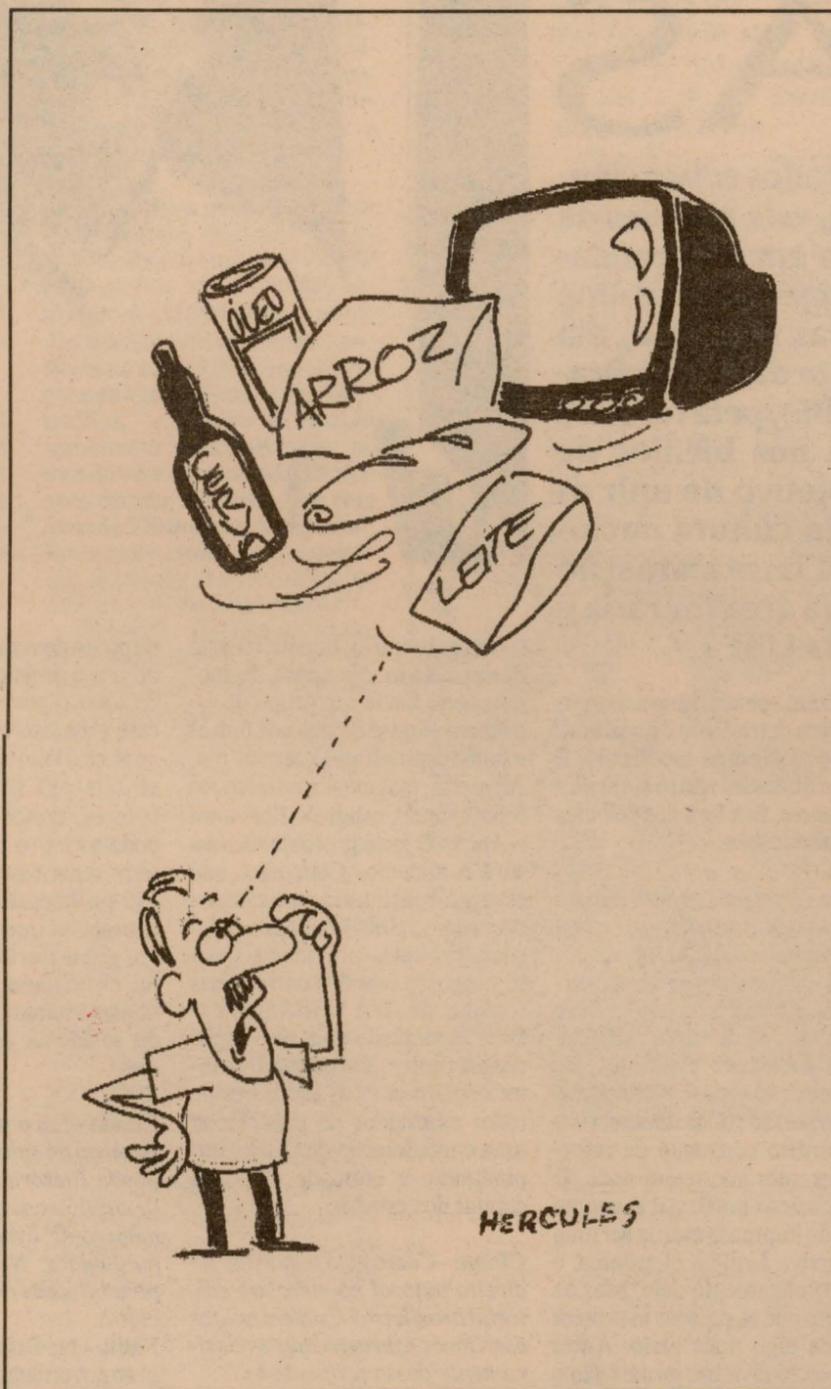
▼Uma grande confusão está instalada no país. Economistas divergem quanto às perdas dos trabalhadores na conversão dos salários para URV. Mas numa coisa todos concordam: a explosão de preços diminui o poder de compra e cria o caos na economia brasileira

Guiomar Prates

Dependendo de como se faça o cálculo, a conversão dos salários pela média dos últimos quatro meses traz perdas ou ganhos para os trabalhadores. Ou empata. Afé que está a malícia do Plano FHC2, segundo a economista Maria da Conceição Tavares. Para ela, é impossível chegar a um consenso, porque as contas podem ser feitas de diversas formas.

Para o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, que faz seu cálculo considerando o valor contratado do trabalho, todos os salários terão perdas de 25% a 40%, dependendo da data-base de cada categoria. O Dieese considerou os valores de picos de salários de 62 categorias no primeiro dia do mês de sua vigência e não na data de pagamento. "Esse critério considera o poder aquisitivo da data-base, um salário que, na verdade nunca existiu, porque corroído pela inflação quando é recebido pelo trabalhador", diz o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça. Mas, afirma, "temos de insistir na necessidade de recuperação do salário contratado, porque toda vez que um plano não dá certo, a média é que passa a ser corroída".

Segundo a equipe de Fernando Henrique Cardoso, a URV protege os salários porque tem correção diária e o trabalhador recebe em cruzeiros o equivalente a URV do dia do pagamento. Isto poderia até ser correto, se nesse período de transição até a criação da nova moeda, o Real, não houvesse inflação em dólar, ou da própria URV. Mas desde o anúncio da URV, os preços nos supermercados dispararam e a expectativa é de que a inflação



em março abril e maio ultrapasse os 40% ao mês. Além disso, a inflação em URV já existe, notadamente em produtos de primeira necessidade. Isso significa que perderão mais aqueles trabalhadores que utilizam o salário praticamente para comprar alimentos.

No Rio Grande do Sul uma pesquisa constatou uma alta de 7,9% em dólar sobre 55 produtos da cesta básica. Em Pernambuco, esse aumento chega a 13%.

Também os remédios que já estavam com preços nas nuvens tiveram altas ainda maiores. A Novalgina, analgésico dos mais populares, por exemplo, teve um aumento de 39,5% desde o anúncio da URV. A pressão da cesta básica atingirá também os outros índices que medem a inflação.

A taxa mensal do índice Fipe-Estadão deverá encostar nos 50% nos próximos dias, puxada principalmente pelos

alimentos. Para o professor José Carlos de Souza, coordenador do Fipe deverão subir um pouco menos porque captam outros tipos de preços. Ao contrário do que ocorria normalmente, as remarcações não se restringiram à virada do mês. Na média, os alimentos ultrapassaram uma alta mensal de 50% para o período de 30 dias encerrado em 9 de março.

José Carlos de Souza observa que, como a Unidade Real de Valor deverá ter um período curto, é provável que os preços ultrapassem a variação do indexador, caracterizando uma situação de inflação em URV. Se esse indexador continuasse sendo usado, essa inflação poderia desaparecer, porque a URV é uma média de outros índices de preços que por sua vez são compostos pela va-

riação de preços de vários produtos.

Jogo de cena. Enquanto os preços sobem de forma desenfreada, o governo faz jogo de cena com os oligopólios, principais responsáveis pelas remarcações. Sem coragem política para tabelar preços (mesmo que tivesse a coragem faltariam condições - a Sunab que tinha dois mil fiscais no Plano Cruzado hoje só tem 400),

ameaça com as importações. Mas vai importar de onde? Das mesmas empresas que dominam o mercado brasileiro e que atuam também em outros países. Qual é a diferença para a Nestlé, por exemplo, vender achocolatados que ela produz no Brasil ou em outro país? Pode até ser mais vantajoso. Como os oligopólios que atuam no Brasil, com exceção do cimento, são internacionais, qual a vantagem dessas empresas em manter fábricas funcionando em diversos países quando podem produzir em apenas um e vender em todos?

Mesmo que o aumento das importações facilitasse a concorrência e forçasse a queda nos preços, o que aconteceria com as fábricas que atuam no Brasil? Teriam que se adequar à nova situação e isso sistematicamente é feito com demissão.

A queda do poder de compra, aliada às importações e a alta taxa de juros, tem para os trabalhadores um resultado extremamente perverso: recessão e desemprego. Só a expectativa do plano econômico causou um aumento das demissões na indústria e no comércio de São Paulo. Segundo levantamento mensal de emprego e desemprego do Dieese e da Fundação Seade a taxa de desemprego nos últimos três meses do ano passado ficou no nível mais alto registrado nesse período desde 1985, quando a pesquisa começou a ser realizada. A indústria continua sendo um dos setores que mais demite. Em fevereiro deste ano, até o dia 20, 7.879 empregados da indústria perderam seus postos, segundo a própria Fiesp. Já o comércio, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, eliminou 4 mil empregos.

Greve nacional pode sair no dia 23

Os trabalhadores começam a se mobilizar contra o Plano FHC2. No dia 15, junto com o movimento estudantil estarão em Brasília, realizando um ato em frente ao Congresso Nacional. Além disso, cresce a possibilidade da realização de uma greve geral na segunda quinzena de março. O indicativo da CUT, que está sendo negociado com outras centrais sindicais é que a greve seja no dia 23 de março. Em vários estados, as plenárias da CUT decidiram pela

realização da greve.

A Executiva Nacional da CUT decidiu que vai defender junto às demais centrais que a mobilização se dê em torno de quatro eixos: contra o plano, contra a revisão constitucional, contra o pagamento da dívida externa e pelo congelamento dos produtos da cesta básica.

Evitar perdas nos salários durante a vigência da URV e depois da entrada em vigor do Real é uma das principais preocupações das centrais

sindicais, que querem que o Congresso Nacional modifique a Medida Provisória que cria a URV.

Para isso, as quatro centrais, junto com deputados da Comissão de Trabalho da Câmara, entre eles o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), elaboraram um substitutivo que deverá ser votado até o dia 30. Se isso não acontecer, o governo recorra à MP e tudo continua como está.

O substitutivo prevê: reposição das perdas antes da

conversão dos salários em URV, segundo os cálculos do Dieese; se a inflação em cruzeiros reais for maior do que a URV repasse desses resíduo inflacionário aos salários antes da criação da nova moeda; criação de um gatilho para garantir a reposição da inflação na nova moeda, o real.

O projeto prevê ainda que o salário mínimo teria aumentos reais para que seu poder aquisitivo seja recuperado e subiria, no mínimo, igual ao índice da cesta básica.

A farsa da estabilidade

▼A exemplo do que ocorreu em outros países o Plano FHC2 traz a ilusão da estabilidade. Na realidade é a inserção do Brasil com uma economia subsidiária na nova ordem econômica

Guimar Prates

O Plano FHC2, que só não é chamado Fernando Henrique Cavallo (tamanho a sua semelhança com o plano implementado na Argentina pelo colega do ministro brasileiro) porque o FMI poderia reivindicar direitos autorais já que é dele a idéia e serve aos seus objetivos de enquadrar o Brasil na "nova ordem econômica mundial", traz imensas perdas para os trabalhadores. Os resultados a médio prazo serão muito parecidos com os do país vizinho. (Veja coluna.)

Os trabalhadores perdem não apenas a curto prazo na conversão de seus salários pela média, como tem provado o Dieese, ou pelo aumento desenfreado dos preços. Perdem também a médio e a longo prazo, porque o chamado Plano de Estabilização tende a causar uma brutal recessão, com aumento do desemprego e sucateamento da indústria nacional, enquadrando a economia brasileira como subsidiária na nova ordem mundial.

Desde o dia 7 de dezembro do ano passado quando foi anunciado, que a equipe de Fernando Henrique insiste ser este um plano duradouro, de verdadeira estabilização. Só que, como diz o insuspeito Delfim Netto, o papel tudo aceita e para dar certo seria necessário cumprir tudo o que está no papel. Mas a disparada de preços, naturalmente não estava no papel. Como não estão no papel outros fatores que contribuem para a instabilidade, como a pouca competitividade da economia brasileira.

A adoção da URV como novo indexador da economia é apenas a segunda parte do plano. A primeira foi o chamado ajuste fiscal. A terceira se dará com a entrada em cena do Real, uma moeda forte, equivalente ao dólar. Faz parte também do plano a revisão constitucional, principalmente da ordem econômica. O interesse é a quebra do monopólio estatal em diversos setores, como telecomunicações e petróleo.

Corte social. O ajuste fiscal de 22 bilhões de dólares foi conseguido com o aumento de im-

postos e cortes em investimentos e área social. Só do INCRA foram cortados 315 milhões de dólares. Ciência e Tecnologia teve uma redução de 75% de suas verbas. Os setores mais atingidos foram a assistência social, saneamento, educação e saúde. Do pagamento da dívida nada foi cortado. Os cerca de 2/3 do Orçamento da União destinados ao pagamento das dívidas interna e externa permanecem intactos. Ou melhor, o ajuste significa exatamente retirar de setores sociais para pagar essas dívidas.

Está previsto o pagamento de 141,3 bilhões de dólares, mais de 20 bilhões de dólares ao ano à dívida externa, entre 1994 e 2000. Os dados são do Banco Central e constam do relatório da Subcomissão de Política Monetária, destinada pelo Congresso a estudar o Plano de Estabilização e que tem como relator o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP).

De 1987 a 1993, a despeito da moratória parcial o Brasil pagou aos credores 90 bilhões de dólares, entre juros e amortizações, mais de 12 bilhões de dólares ao ano.

Volta à colônia. Para sustentar a tal estabilidade, ou moeda forte, o Brasil precisa manter um determinado lastro. E hoje, as reservas brasileiras são baseadas na moeda de outro país, no caso os Estados Unidos, situação muito parecida com a que acontecia na época das colônias. Isso dá maior poder de barganha aos americanos com relação a outras potências imperialistas como Japão e Alemanha.

Entre outubro de 1991 e de-

zembro de 1993, as reservas brasileiras se elevaram de 7 para 31 bilhões de dólares. O saldo na balança comercial brasileira nesses dois anos foi de 29,025 bilhões de dólares. O montante de entrada de capitais - empréstimos externos, bônus captados por empresas, dinheiro para as bolsas etc - foi de 30,113 bilhões nesse mesmo período. O total da entrada de divisas (saldo da balança comercial, mais ingresso de capitais) foi, portanto, de 59,138 bilhões de dólares.

Nesses dois anos, além de juros e amortizações, que somaram 28,2 bilhões de dólares, o Brasil gastou com remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, despesas com fretes, royalties etc, mais 10,448 bilhões de dólares.

O saldo da balança comercial, atualmente em cerca de 13 bilhões de dólares por ano, é menor que o montante de pagamentos previstos para a dívida. Pelo plano, o saldo da balança comercial vai diminuir. Está previsto a médio prazo, um aumento na importação de equipamentos para retomar um nível mínimo de crescimento econômico.

Além disso, para combater o que não estava no papel, ou seja, o aumento desenfreado dos preços, o governo pretende incentivar as importações.

Portanto, para arcar com os pagamentos da dívida e regularizar as relações com os credores e, além disso, cumprir com outros compromissos em moeda estrangeira, o país terá que acelerar a captação de recursos externos. Está prevista a entrada de 72,866 bilhões de dólares, até o ano 2000.

Prejuízo. Mas em que condições esses empréstimos são tomados? Hoje, o Banco Central paga aos compradores de seus títulos, juros reais de mais de 25%, uma das maiores taxas do mundo. O Federal Reserve, banco central americano, está pagando menos de 3% de juros, descontada a inflação em dólares. É essa diferença entre o que o Brasil passou a pagar e o que pagam os outros países que atraiu para cá um fluxo acelerado de recursos nos últimos dois anos.

Hoje, o Banco Central paga, internamente, juros reais de 25% pelas reservas que compra e deixa os dólares aplicados no *Bank for International Settlements*, uma espécie de banco central dos bancos centrais, organismo internacional sediado na Suíça, que paga juros baixíssimos, por volta de 3%.

Com o Plano de Estabilização, o governo prevê o controle da inflação e a queda nas taxas de juros. Mas se os juros caírem, esses capitais continuarão chegando nos níveis necessários para os compromissos assumidos? Por outro lado, se as taxas não caírem, como fica o déficit público, já que a compra de divisas pelo Banco Central terá um custo altíssimo?

Este é um verdadeiro beco sem saída para o plano de Fernando Henrique. Entre outros, é um dos motivos pelos quais a moeda forte que o novo guru da direita pretende criar tem vida curta. Com a queda das reservas como vai ser possível manter a paridade com o dólar? Quando isso acontecer, o jeito é desvalorizar o Real e o processo todo recomeça novamente.

Mau exemplo da Argentina

Depois de três anos de privatizações, cortes de tarifas e redução do déficit, o orçamento argentino está equilibrado, a inflação caiu de quatro dígitos para menos de 10%. A economia cresceu 8% ao ano desde 1991. Bilhões de dólares de investimento estrangeiro entraram no país. Mas aumenta a queixa: um belo milagre econômico, mas uma vergonha quanto ao custo social.

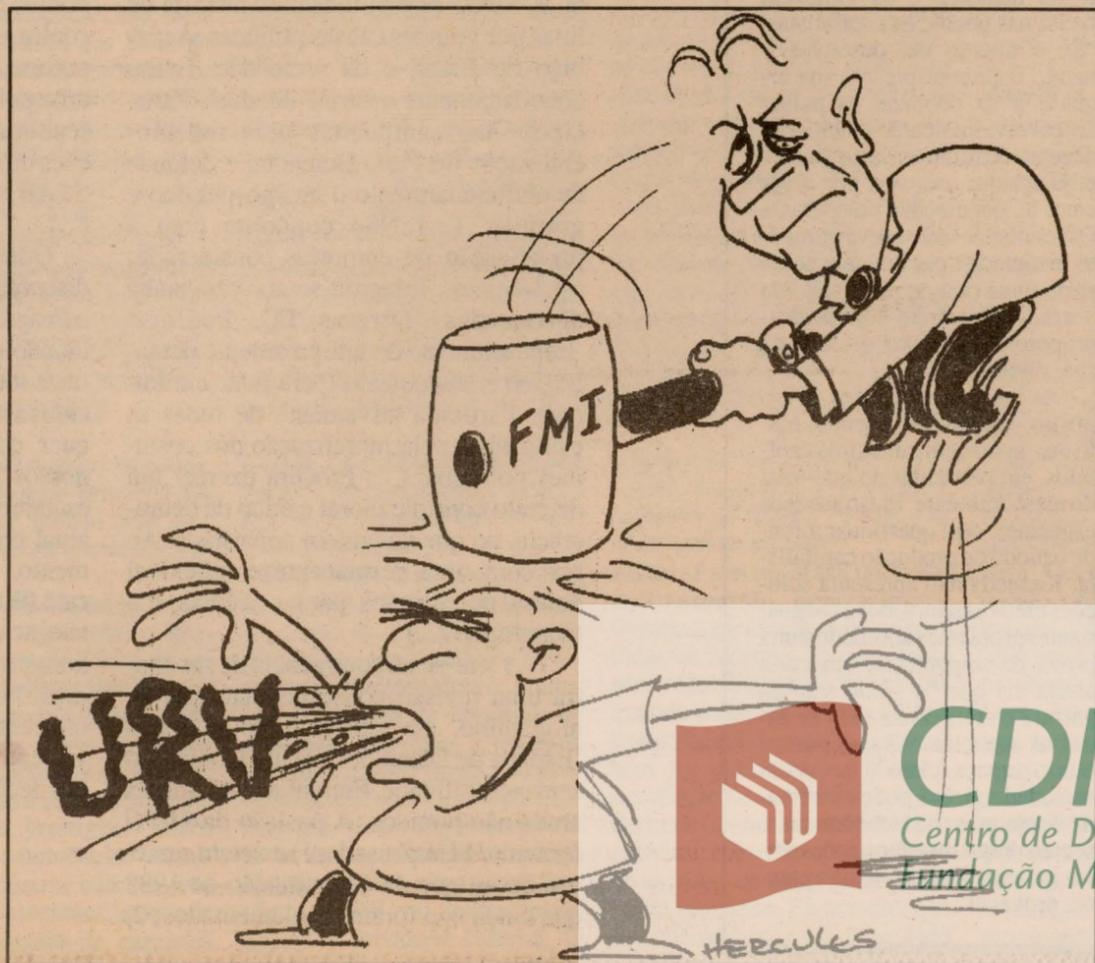
Centenas de milhares de empregos acabaram, quando o governo federal e as indústrias privatizadas foram obrigadas a reduzir seu tamanho e quando as empresas do setor privado se curvaram frente à competição estrangeira. Mais de 2 milhões de pessoas, equivalente a 18% da força de trabalho, estão desempregadas ou subempregadas. A taxa de desemprego atingiu o índice mais alto na história da Argentina.

Até mesmo a classe média está sentindo o aperto. Muitos profissionais se viram com empregos parciais. Pode-se encontrar um professor universitário ou um arquiteto trabalhando numa banca de jornais em Buenos Aires. Nas favelas e em algumas províncias pobres, milhões de pessoas vivem na miséria. Em dezembro do ano passado, o ministro do Trabalho renunciou, afirmando que o governo simplesmente não tem nenhuma política social.

Também em dezembro, os pobres reagiram. Na província de Santiago del Estero, no norte do País, uma multidão, formada por milhares de funcionários públicos, saqueou e incendiou repartições do governo e casas de altos funcionários. O governo provincial se recusava a pagar salários equivalentes em média a US\$ 300 por mês - que estavam dois meses atrasados. Os membros das câmaras legislativas e altos funcionários civis ganham trinta vezes mais do que isso por mês.

Enquanto o governo brasileiro tenta reorganizar o Estado, de acordo com as pressões e necessidades externas, a crise social da Argentina mostra os efeitos da política neoliberal. A intensa propaganda da mídia tenta esconder o efeito a médio e longo prazo na economia brasileira e o caos social que o Plano FHC2 vai provocar. A dolarização, já nem tão disfarçada da economia, provocará a redução da inflação, mas provocará uma grande desorganização da economia. O exemplo que vem da Argentina não é nada alentador para os trabalhadores brasileiros.

(Dados extraídos do boletim Programa Educativo - Dívida Externa)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

TEMA EM Debate

Previsões nada otimistas

Altamiro Borges

(Preparando para o século 21, Paul Kennedy, Editora Campus: r. Sete de Setembro, 111 - 16º andar - centro - CEP 20150-900 - RJ - fone: (021) 221-5340)

O historiador inglês Paul Kennedy, que vive há dez anos nos EUA, ganhou fama em 1988 com o livro "Ascensão e queda das grandes potências", onde previa a crise e a falência do império americano. Agora, nesta nova obra, ele volta a fazer previsões bombásticas - sempre com o auxílio de volumoso material de pesquisa. Mesmo elegendando a explosão demográfica como o maior inimigo do futuro, num certo retorno aos temores do pastor Thomas Malthus, o livro apresenta dados e análises de grande interesse para o movimento sindical.

Um de seus capítulos, por exemplo, trata da "robótica, automação e uma nova revolução industrial". Diferentemente dos cegos apologistas do modo de produção capitalista, o autor adverte para as contradições inerentes às rápidas mudanças no processo produtivo. Compara as inovações em curso aos impactos da primeira revolução industrial, na Inglaterra de fins do século 18 e princípios do século passado - que gerou profundas alterações na força de trabalho, com o fim do artesanato, da manufatura e o início do império das máquinas.

Desequilíbrio mundial. Lembra que, naquela época, as novas tecnologias foram vistas "ao mesmo tempo com apreensão e fascínio" - a exemplo do que ocorre na atualidade. De um lado, está a genialidade humana com os seus avanços na ciência. Do outro, os efeitos negativos do desemprego, da alienação do trabalho e da concentração de riquezas nas mãos dos industriais. Aborda ainda um outro aspecto decisivo - a do desequilíbrio resultante das inovações nas relações mundiais.

"Como a máquina a vapor, a robótica afeta a competitividade internacional, elevando a produção per capita dos países que investem pesadamente na nova tecnologia, e enfraquecendo a posição relativa a longo prazo de sociedades incapazes de fazer o mesmo... Estamos mais uma vez presenciando uma revolução impulsionada pela tecnologia, que poderia fazer com que os países situados na base da pirâmide continuem ali, ou talvez afundem ainda mais".

A título de previsão, comenta: "A substituição em massa dos trabalhadores de fábrica não acontecerá da noite para o dia. Tal como foram necessárias décadas para que as primeiras máquinas a vapor deixassem de ser curiosidades e 'máquinas maravilhosas' para ocupar o centro do processo de manufatura, assim também pode transcorrer uma geração, ou mais, antes que a revolução robótica complete o seu impacto total; e há sempre o aumento na oferta de mão-de-

obra barata, que diminui o ritmo da automação em muitas sociedades. Não obstante, as implicações a longo prazo são perturbadoras e ameaçam agravar o dilema global".

Ganhadores e perdedores. Em outro capítulo, dedicado à agricultura, aborda mais uma questão candente: a da revolução da biotecnologia. Mostra que apesar dos avanços científicos, que possibilitam melhorar as plantações e mesmo criar produtos em laboratórios, "o número de pessoas seriamente subalimentadas no mundo vem aumentando, década após década, atingindo hoje bem mais de 500 milhões de pessoas". Entre outras causas desta contradição, Kennedy critica a oligopolização da economia mundial.

Kennedy também apresenta reflexões instigantes sobre a evolução mundial. Sem adotar a concepção marxista sobre as classes, preferindo o estranho esquema dos "ganhadores e perdedores", fala sobre a concentração de riquezas e do aumento vertiginoso da miséria. Contraste este que coloca em xeque o próprio padrão atual de consumo. Ele cita o caso dos EUA, que com apenas 4% da população do globo consomem 1/4 da produção de petróleo do mundo. E provoca: "O mesmo desequilíbrio no consumo ocorre com vários outros produtos, do papel à carne. Segundo um cálculo, o bebê americano médio representa duas vezes o dano ambiental de uma criança sueca, três vezes o de uma italiana, 13 vezes o de uma brasileira, 35 vezes o de uma indiana e 280 vezes (!) o de uma criança chadiana ou hatiana, porque o seu nível de consumo será, durante toda a vida, muito maior. "Não é uma estatística tranquilizadora para qualquer pessoa dotada de consciência".

Excluídos. Num outro ponto, observa que os excluídos do "terceiro mundo" tendem a, cada vez mais, procurar no processo migratório a solução dos seus problemas. Isto explica o aumento do fascismo e da violência racial nas potências capitalistas. "Se o mundo em desenvolvimento continuar preso à sua armadilha da pobreza, os países desenvolvidos ficarão sitiados por dezenas de milhões de migrantes e refugiados ansiosos por viver entre as populações prósperas... Os resultados serão provavelmente incômodos para aquela sexta parte mais rica da população da Terra, que desfruta hoje de desproporcionais cinco quintos de sua riqueza".

As mesmas previsões pessimistas - ou melhor dizendo, realistas - aparecem em outros capítulos, em particular no que trata do meio ambiente. Preso aos seus esquemas, sem questionar a fundo o modo de produção capitalista, Kennedy não apresenta soluções efetivas para todos os angustiantes problemas abordados uma prova de impotência, em certa altura diz que "o gênio saiu da garrafa e afeta nossa vida de todas as maneiras. O que parece muito menos claro é se nossa sociedade global pode enfrentar as consequências econômicas e sociais destas transformações. Pelos indícios atuais, isso não parece provável".

UJS realiza 7º Congresso

Com o slogan *10 anos - agora só falta você*, a União da Juventude Socialista realiza seu 7º Congresso entre os dias 21 e 24 de abril, na Universidade Católica de Salvador (BA). São esperados cerca de mil jovens de todos os estados brasileiros.

Segundo a coordenadora nacional da UJS, Leila Márcia, o objetivo desse Congresso é resgatar o projeto inicial da entidade fundada em 1984: um movimento amplo que aglutine vários setores da juventude na defesa do socialismo e aborde seus problemas concretos.

A dinâmica do Congresso prevê a realização de plenárias e diversos grupos de trabalhos. Entre os temas, ciência e tecnologia, educação, mulher jo-

vem, Estatuto da Criança e do Adolescente, ecologia e organização da entidade. Um dos momentos especiais será a discussão sobre o socialismo, com o debate entre várias correntes de opinião.

As eleições deste ano também estarão no centro do debate e uma plataforma juvenil, com as principais reivindicações da juventude deverá ser aprovada e servirá como base para apresentação e eventual apoio aos candidatos que concorrem nos estados e a cargos nacionais, principalmente à Presidência da República. Do Congresso deverá sair uma campanha de alistamento eleitoral para maiores de 16 anos, englobando personalidades e entidades da sociedade civil.



AGUIALDO ZORDENONI

Taxa de inscrição

Para participar do Congresso da UJS cada delegado deverá pagar uma taxa de inscrição que varia de acordo com o estado de procedência. Os do Sul e Norte, que gastarão mais com o deslocamento, pagarão menos. Já os do Nordeste, que estão ao lado da Bahia, pagarão um pouco mais.

Sul/Norte - 10 dólares
Sudeste/Centro-Oeste, Piauí e Maranhão - 15 dólares
Nordeste/Espírito Santo - 20 dólares

Resposta contundente da SBPC

O professor Aziz Ab'Saber, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), responde a críticas recebidas pelo professor aposentado do departamento de Física da Universidade Federal de São Carlos-SP (UFScar), Guilherme Leal Ferreira que criticou a atuação da entidade sobre a revisão constitucional. Abaixo trechos da carta-resposta:

"Apelo à memória, a guisa de resposta. A SBPC possui toda uma história de lutas por grandes causas públicas. A serviço do Brasil e da sociedade. Lutou denodadamente contra a ditadura. Participou das campanhas pela redemocratização do País. Defendeu e defende incondicionalmente o ensino público e gratuito. (...) Não concorda com a privatização de empresas consideradas estratégicas. Integrou-se na campanha cívica das 'Diretas Já'. Pediu o 'impeachment' de um presidente demagógico e inadequado (para falar o mínimo). Participa ativamente de todas as campanhas pela moralização dos costumes políticos. (...) Procura exercer um discreto controle moral e ético da democracia, no que jamais foi contestada. Ao par com uma permanente e inflexível defesa de recursos para a ciência e a tecnologia. (...)

(...) Viu-se na contingência de ser contra uma revisão constitucional feita de afogadilho, em ano eleitoral, e sob a 'Espada de Dâmocles' de um Congresso sem credibilidade. Entranhado de ladrões ainda não punidos. A posição da SBPC foi muito bem pensada: 1) existem centenas de artigos da Constituição de 1988 que ainda não foram regulamentados; 2)

obtivemos orientação jurídica dos mais eminentes e acatados especialistas do Direito no Brasil (Evandro Lins e Silva, Gofredo da Silva Telles); 3) temos conhecimento da indistigável ação forçada de interessados em obter uma Constituição agressivamente neoliberal, envolvendo modificações nas leis vigentes sobre reservas indígenas e conquistas sociais; enfim pressão de oligarquias das mais egoístas e insensíveis, dentre aquelas existentes no Terceiro Mundo. Daí porque o presidente da SBPC alinhou-se contra uma revisão intempestiva e inoportuna, a ser feita em clima de grande crise política, econômica e social. No que seguimos a opinião de grandes instituições da sociedade civil, tais como a OAB, o IAB, a CNBB, entre centenas outras. (...)

Queiram ou não as vozes isoladas e discordantes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência continuará trabalhando pelo país, em todas as frentes onde for solicitada por cidadãos esclarecidos e independentes. Rechaçamos qualquer conotação político-partidária em nossos posicionamentos. Nesse sentido, esclarecemos, em termos pessoais, que o atual presidente da SBPC, por temperamento, coerência e independência, não está filiado a nenhum partido político, a não ser o grande e sofrido partido do homem e dos valores essenciais da condição humana. Sem jamais deixar de lado o incentivo aos cientistas e ao desenvolvimento de novos campos das ciências e das tecnologias. (...)"

Documentação e Memória
Maurício Graciano Nacib Ab'Saber
Presidente da SBPC

Movimentos

CSC rumo ao 5º ConCUT

“Os sindicatos vinculados à Corrente Sindical Classista (CSC) devem empreender verdadeira campanha de agitação, denunciando a crise mundial do capitalismo. Chamar a atenção para o quadro de recessão, inflação, corrupção, criminalidade, racismo, machismo, guerras, desempre-

go e miséria ao lado do cerceamento das liberdades”. Essa é uma das resoluções do último Congresso da CSC que foi reafirmada em reunião da Coordenação Nacional da CSC, ocorrida dia 26 de fevereiro em São Paulo. A reunião também debateu a conjuntura política do país, as causas e consequências

do Plano de estabilização econômica em vigor e o envolvimento da CSC na preparação da greve geral a ser definida brevemente, justamente para combater os efeitos negativos aos trabalhadores do Plano FHC2. Discutiu ainda como a CSC vai se preparar para participar do 5º ConCUT. Para tan-

to, foram reafirmados todos os pontos aprovados no Congresso da Corrente em Salvador, no ano passado. Também foi definida a necessidade da Corrente organizar-se em todo o território nacional, num grande esforço para levar uma representação numerosa ao 5º ConCUT.

Desmascarar o Plano FHC2

O documento “Rumo classista para combater o neoliberalismo”, tese da Corrente Sindical Classista do Estado de São Paulo para o 5º ConCUT, de 19 a 22 de maio, define bem as críticas da CSC em relação aos rumos de conciliação de classes assumidos pela CUT nos últimos anos. Dia 5 de março, os sindicalistas classistas do Estado realizaram Encontro no Sindicato dos Condutores de São Paulo. Estiveram presentes cerca de 80 sindicalistas de todo o Estado, além do deputado federal Aldo Rebelo e do estadual Jamil Murad, ambos do PCdoB-SP. O coordenador geral da CSC-Nacional, Nivaldo Santana presidiu a mesa diretora e explicou brevemente as causas e consequências do Plano de “estabilização” econômica do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, virtual candidato de uma frente de direita à Presidência da República.

Em sua explanação, o deputado Rebelo disse que “as elites

vêm buscando um novo rumo, desde 1982, com Delfim Netto”, e que o Plano FHC2 “representa a continuidade dessa política”. Pior, é que o “Plano provoca uma hiperinflação em cruzeiros reais com uma transferência brutal de rendas, principalmente, para o grande capital financeiro”.

Enéas da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba (SP), acredita que a CSC-SP “precisa tirar o maior número possível de delegados para o 5º ConCUT”, para negociar a formação de uma aliança na disputa da direção da CUT e, com isso, “influir mais diretamente nos rumos da Central”. Para tanto, “é preciso jogar peso nas assembleias sindicais” que ocorrerão até a realização do Congresso. Também foi lembrada a importância do Congresso Estadual da CUT (CeCUT-SP). O secretário Sindical do PCdoB, Tadeu Ribeiro, disse que a Central tem 248 sindicatos filiados no Estado e que 106 estão inadimplentes,

portanto fora do CeCUT e do ConCUT. Para ele, a CSC-SP deverá manter o número de delegados enviados ao 4º ConCUT, em torno de 11% do total de representantes do Estado. Ele afirmou ainda que a “Articulação quer um Congresso com chapa única, sem discussão e sem crítica”, e isso não interessa à CSC. Lembrou também que a corrente “CUT pela Base” dividiu-se e que o setor denominado “Fórum do Interior” tem uma política próxima a da CSC e isso pode facilitar uma aliança. Mas reconhece que a Articulação tem muita influência em São Paulo. Também foi mencionado o Congresso Regional da CUT da capital, em 29 e 30 de maio.

Para Rebelo a “cúpula da CUT acordou tarde para o Plano” e o “movimento sindical precisa desmascarar urgentemente o Plano FHC2”. Ele crê que a essência do Plano “está em pagar, até o ano 2000, US\$ 140 bilhões de juros da dívida externa” e asse-

vera que “nenhum setor do trabalho vai ganhar com o Plano”. O deputado comunista acentua que o Plano de FHC “cortou gastos até de orfanatos para encher as burras dos banqueiros, de grandes empresários, das multinacionais”.

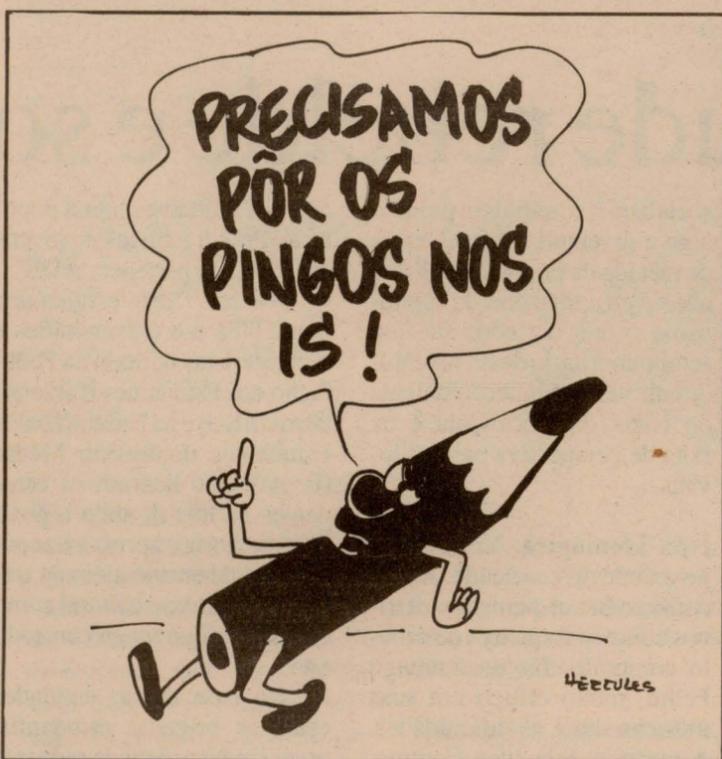
O presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Wagner Gomes, falou sobre a proposta de greve geral contra a URV. Ele afirmou que a data ainda não está definida, mas que deverá ocorrer na segunda quinzena de março. Os petroleiros e os metalúrgicos do ABCD paulista “vão a greve contra o plano todo”, afirma. Para Gomes, a CUT precisa resolver se vai para a greve geral sozinha ou junto com as outras centrais sindicais. Ele lembrou que, em São Paulo, a Articulação tem nas mãos os maiores sindicatos do país, mas que a direção da CUT é muito hesitante. Gomes foi escolhido como coordenador estadual da CSC-SP. (Marcos Ruy)

Congresso da Andes-SN

De 21 a 26 de fevereiro foi realizado o 13º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), em Viçosa, MG, com a presença de mais de 300 professores de universidades públicas e particulares de todo o país.

O objetivo do evento foi preparar o movimento docente para as lutas que estão colocadas para o ano em curso. Na discussão de conjuntura prevaleceu o ataque ferrenho ao neoliberalismo e à revisão constitucional, na questão sindical, o destaque foi a realização do 5º ConCUT (de 19 a 22 de maio deste ano), onde foi reafirmada a posição contrária à filiação da CUT à Ciosl, bem como a não filiação da Andes-SN à nova Internacional da Educação. Foi aprovado também propor ao Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) da CUT a realização de um seminário, de 7 a 9 de abril de 1994, para discutir os temas a serem debatidos no Congresso da CUT entre eles: contrato coletivo de trabalho, política industrial e organização sindical.

O debate reafirmou a necessidade da consolidação de um projeto para a universidade brasileira que contemple uma carreira única para os docentes, bem como um plano nacional de capacitação. Dentro desse projeto destaca-se a necessidade do



debate acerca de ciência e tecnologia. A Educação foi destaque com a reafirmação da continuidade da luta por uma Lei de Diretrizes de Base (LDB) democrática e em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade.

O evento também debateu um plano de lutas para 1994 e propôs a necessidade da sociedade civil organizada elaborar, sob a liderança da CUT, um projeto alternativo para a sociedade bra-

sileira, sobretudo nesse ano de eleições onde o projeto dos setores populares se confrontará com o projeto das classes dominantes.

Fato Lamentável. Contrariando a riqueza dos debates e os encaminhamentos propostos a tendência majoritária na Andes-SN realizou um evento paralelo ao Congresso e de forma sectária, exclusivista e irresponsável compôs uma chapa formada ape-

nas por membros da “Articulação Andes Autônoma e Democrática” para disputar a próxima eleição da entidade que ocorrerá em maio. Em resposta à forma cupulista, autoritária e sem consulta às bases e AD’S seções sindicais, como foi composta a chapa, excluindo da discussão cerca de 1/3 dos participantes do Congresso, um grupo representativo de delegados resolveu lançar “O Manifesto de Viçosa”, denunciando essa postura divisionista e partidária da tendência “Articulação AD”.

Segundo o professor Dalton Macambira, diretor da Andes-SN, os docentes excluídos do debate sucessório resolveram organizar um fórum de debates dentro do sindicato denominado “Andes Plural”. Esse fórum é aberto e não exige “carteirinha” àqueles que queiram ver a Andes voltar às suas origens, reafirmando os princípios de um sindicalismo pluralista, suprapartidário, democrático, de base e autônomo. “Isso é negado, na prática, pela tendência “Articulação Andes-AD”, expresso em sua carta de princípios (documento nº 1) onde confunde hegemonia com exclusivismo”, afirmou o professor Macambira, e concluiu: “o momento exige a unidade dos trabalhadores, a nossa divisão só interessa ao governo e ao patronato”.

Unegro Santa Catarina

Em 5 e 6 de março, em Florianópolis (SC), realizou-se o 1º Encontro Estadual da Unegro, com o tema “Pelo Combate ao Racismo”. Nele escolheu-se a Comissão Provisória da entidade. Esta é, no fundamental, formada por jovens mulheres militantes anti-racistas da cidade. No final, foram aprovadas formas de combate aos grupos neonazistas que atuam na capital.

O primeiro dia foi reservado para o credenciamento e abertura. O credenciamento foi feito durante o dia no Colégio Estadual Henrique Stodiek. A abertura realizou-se no início da noite no auditório do Sindicato dos Bancários, com a apresentação do filme “Guerra dos Meninos”, de Sandra Werneck, sobre a execução sumária de crianças e adolescentes no Brasil.

Na manhã seguinte, realizou-se a mesa-redonda “O Racismo no Brasil e em Santa Catarina”. Debateram o tema o coordenador geral da Unegro-SP, Juarez Tadeu; a coordenadora da Unegro-Criciúma, Albertina (Tina); a coordenadora da Unegro-Florianópolis, Iona Maria, e o coordenador nacional do Conarab, Jayro Pereira.

À tarde, os ativistas debateram e aprovaram o Estatuto e a Carta de Princípios da Unegro. Depois foram então escolhidos os coordenadores. O 1º Encontro foi encerrado com uma reunião do Fórum de Entidades Negras da cidade, com a presença do MNU, NEM, Conarab e do vereador Márcio de Souza (PT-Florianópolis), cujo gabinete elaborou um dossiê das ações do grupo neonazista White Power no Estado e as denúncias feitas pelas entidades do movimento negro. O dossiê foi distribuído aos participantes do Encontro.

Foram definidas as coordenações da Unegro em Criciúma: Albertina (Tina), Erani e Maria Estela; em Florianópolis: coordenação geral, Iona Maria; organização Edineth; secretária geral, Edilomar; primeira tesoureira, Estela; segunda tesoureira, Cida; comunicação, Ginga e Jaime; assunto da mulher, Ivone, Maria e Margareth; cultura, Serapião e núcleos, Joice e Renata.

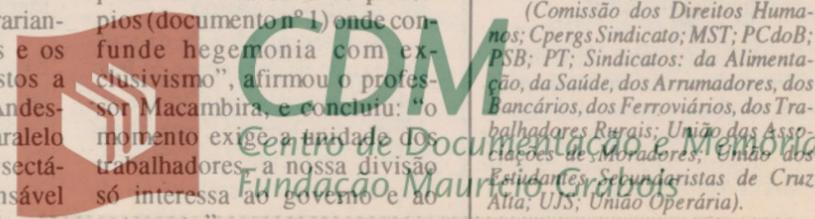
Autoritarismo não passará

Entidades democráticas, progressistas e populares de Cruz Alta (RS), lançaram manifesto contra a prisão de dois civis, no dia 2 de fevereiro deste ano, pelo comandante da AD-3 general Marco Antonio Felício da Silva:

“(…) Os trabalhadores Adão Rodrigues e Jorge Orlando da Rocha foram presos em flagrante e recolhidos ao Quartel do 29º GAC por que atravessaram o campo de instrução militar de Cruz Alta (...) Os dois foram indiciados por crime militar, invasão de área militar (...)

Diante do exposto, as entidades abaixo assinadas manifestam publicamente sua indignação e repúdio a essa medida exagerada, exorbitante, para um fato dessa natureza, quando se sabe que os grandes criminosos gozam de complacência e impunidade. Como se vê a Justiça é de classe. (...)”

(Comissão dos Direitos Humanos; Cpergs Sindicato; MST; PCdoB; PSB; PT; Sindicatos: da Alimentação, da Saúde, dos Armadores, dos Bancários, dos Ferrovários, dos Trabalhadores Rurais; União das Associações de Moradores; União dos Estudantes Secundaristas de Cruz Alta; UJS; União Operária).



Anistia na Rússia

Umberto Martins

Desde o dia 26 de fevereiro, os presos políticos que resistiram ao golpe de Estado desfechado em setembro do ano passado por Boris Yeltsin (seguido do bombardeio ao Congresso), estão livres. Eles foram beneficiados pela anistia aprovada três dias antes, por ampla maioria, pelo novo Parlamento russo, que também incluiu os responsáveis pela malograda tentativa de depor Gorbachev, em agosto de 1991, sob o pretexto de impedir a desagregação da União Soviética. Uma multidão estimada em cerca de 10 mil pessoas pela mídia internacional manifestou nas ruas de Moscou apoio à iniciativa do legislativo e reivindicou a restauração da URSS.

O fato, e as reações que motivou nas diferentes forças e grupos políticos, é sintomático das mudanças que, de modo muito peculiar, estão em curso atualmente na Rússia. Os chamados reformistas radicais (fazendo eco à voz e aos interesses do "Ocidente" no interior do país), afetaram indignação. Seu principal líder, o ex-ministro da Economia Yegor Gaidar, chegou a afirmar que a iniciativa abre caminho à guerra civil.

Ao que parece, depois de perderem a influência sobre o próprio governo Yeltsin (do qual foram paulatinamente afastados após a divulgação dos resultados das eleições de dezembro), eles estão a cada dia mais isolados. Embora em tese tenham vencido as batalhas contra o antigo Parlamento (certamente a razão do espírito revanchista com que reagiram à anistia), não o fizeram por mérito próprio, mas ancorados na força dos militares, os verdadeiros árbitros da crise, que vez por outra continuam exibindo triunfos e hoje não mostram grande entusiasmo pelas reformas capitalistas. O povo, por seu turno (em que pese a apatia), demonstrou maiores simpatias pelas oposicionistas, como o plebiscito viria a evidenciar dias depois.

Já o presidente preferiu engolir em seco, manifestando discretamente seu descontentamento com a decisão do Legislativo, mas sem tomar qualquer medida concreta para tentar anulá-la, embora a Constituição lhe garanta poderes equivalentes ao de um czar. Ao contrário, Yeltsin agora busca uma solução de compromisso com o Parlamento, ao qual vem acenando com uma mudança ainda mais acentuada da política econômica. Combinado com isto, verifica-se uma considerável alteração da política externa.

Aparentemente, a mudança do clima político está associada ao desastre provocado pela transição à economia capitalista, segundo o projeto radical imposto pelas potências imperialistas, sob o monitoramento do FMI e do Banco Mundial. Além da humilhação nacional, o caos social é alarmante, com queda na produção industrial estimada em mais de 30% pelo governo, a elevação vertiginosa da criminalidade (o número de assassinatos subiu 60% em 1993), das mortes não naturais (51% a mais no ano passado) e da taxa de mortalidade (20%, alta que historicamente só se observa em momentos de guerra ou após grandes calamidades, segundo os estudiosos).

O resultado das eleições de dezembro foi uma clara advertência de que os limites da paciência russa haviam sido ultrapassados, uma mensagem que certamente sensibilizou os militares e o próprio governo.

Atentados atrapalham paz

▼A chacina cometida pelo extremista judeu Baruch Goldstein em 25 de fevereiro no templo religioso Túmulo dos Profetas em Hebron, na Cisjordânia, deixou mais de 50 mortos, sem contar as mortes que se seguiram nos protestos

Lejeune Mato Grosso

Sociólogo, professor da Unimep

Não haviam passado 48 horas do crime de Hebron quando, no Líbano, na Igreja Maronita de Nossa Senhora do Livramento, ocorreu mais um ataque dos radicais, desta vez com nove mortos. É o sinal de que as coisas vão mal para os acordos de paz. Esses atentados prejudicam as tentativas de pacificação no Oriente Médio.

Não bastassem as dificuldades e a intransigência dos israelenses, que não cederam em nada após a assinatura do acordo de paz em Washington em 13 de setembro de 1993, esses últimos atentados aumentam os problemas já existentes.

É preciso que se registre que o violento atentado de Hebron não é o primeiro. Em outubro de 1990, na maior e mais importante mesquita Palestina, Al Aksar, também houve um atentado em que morreram 19 palestinos.

Na Cisjordânia ocupada, a cidade de Hebron, das mais importantes do ponto de vista his-



O violento atentado de Hebron não foi o primeiro

tórico, é densamente povoada por palestinos. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel acaba por ocupar toda a Palestina, a Cisjordânia passa a ser habitada pelos ditos "colonos judeus".

Estimulado pelos governos direitistas do Likud e pelos "social-democratas" do Partido Trabalhista, Israel começou a criar colônias judaicas em toda a região, aumentando os conflitos com o povo palestino. Esses colonos construíram suas casas, doadas gratuitamente pelo governo, e vivem constantemente armados com patrocínio do Exército israelense, que patrulha a área.

O atentado de Hebron foi praticado por um dos seguidores da seita judaica Kash, cujo líder, rabino Meir Kahane, foi morto em Nova Iorque há dois anos.

Esse grupo radical, juntamente com outro chamado Rosh Amonim, é forte na região de Hebron. E as colônias judaicas de Hebron são praticamente incrustadas das cidades palestinas. Vai ficando claro que um acordo de paz com os colonos armados é quase impossível.

Posição da ONU. Desde o atentado de 1990, a ONU, através do Conselho de Segurança, aprovou a resolução 681 que solicita ao secretariado da Organização que se enviem observadores internacionais para garantir a proteção dos palestinos que vivem nos territórios ocupados. Essa resolução nunca entrou em vigor efetivamente.

No momento, as conversações de paz estão praticamente suspensas. A tensão é grande, especialmente do lado palestino.

Crescem os grupos radicais e fundamentalistas, que nunca apoiaram os acordos de paz no Oriente Médio. Há notícias de que o Conselho de Segurança está em reunião permanente e que pode fazer valer sua própria resolução de 1990 enviando os observadores internacionais. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) está propondo que a ONU mande tropas de sua força de paz e não simples observadores. A OLP também quer o imediato desarmamento de todos os colonos, além, é claro, do bloqueio da imigração com fins de colonização.

Espera-se que os radicais de direita israelenses sejam imediatamente contidos, pois muitos deles defendem abertamente a expulsão dos palestinos da região, os verdadeiros donos da terra há milhares de anos.

Juventude rebelde e socialista

Ronaldo Carmona

Diretor da Ubes

Estivemos durante um mês, entre janeiro e fevereiro, visitando Cuba para conhecer a realidade dos jovens e estudantes do primeiro e único país socialista da América Latina. Nesse período visitamos escolas, centros universitários, locais de concentração juvenil e participamos de reuniões com organizações da juventude.

Como se sabe, Cuba vive imensas dificuldades fruto do bloqueio norte-americano e do fim do comércio com a ex-URSS e países do Leste europeu. Os cubanos atravessam o que eles chamam de "período especial", sentido em todas as esferas da vida do país. Faltam desde cadernos e lápis nas escolas até equipamentos nos laboratórios dos centros de ensino.

É nesse quadro de dificuldades que os dirigentes do Partido Comunista de Cuba e da União dos Jovens Comunistas (UJC) destacam como fundamental para a manutenção do

socialismo o trabalho político com a juventude. Afinal, mais da metade da população da ilha não viveu as mazelas do capitalismo o que faz com que um setor minoritário dessa juventude cultive ilusões com o sistema do Nike, da Coca-Cola e da falta de perspectiva para os jovens.

Luta ideológica. Vimos uma juventude diversificada. Assim como no Brasil, percebemos tribos como os roqueiros de cabelo comprido, fãs de Santiago Felliú, muito crítico em suas músicas sobre as dificuldades. A respeito, fala Juan Contino, primeiro-secretário da UJC: "No período especial, a argumentação e a explicação permanente das causas das dificuldades entre os jovens tem grande importância como parte da luta ideológica hoje na sociedade."

A UJC tem forte presença na sociedade cubana. Dados de janeiro último demonstram que em 93, ano da crise mais aguda, 88 mil jovens ingressaram na organização, que tem mais de

500 mil militantes numa população de 3,5 milhões de jovens em idade de pertencer à UJC.

No caso dos estudantes, quase 90% dos universitários e secundaristas militam na Federação dos Estudantes Universitários (FEU) e na Federação dos Estudantes do Ensino Médio (Feem), que lideram os estudantes na luta de todo o povo pela melhoria e aprimoramento do nível de ensino além do trabalho esportivo e cultural como os festivais que acontecem todo ano.

Na base dessas entidades estão as brigadas estudantis, organizadas a partir de cada sala de aula. Para se ter uma idéia da presença política dessas entidades basta dizer que há seis deputados integrantes da FEU e dois deputados da Feem na Assembleia Popular.

Sistema politécnico. Estivemos também na comemoração do vigésimo aniversário da Escola Vocacional V. I. Lemir. Foi uma festa organizada pelo ministro da Educação Luiz Gomez.

Trata-se de uma grande escola, situada nos arredores de Havana, que, embora de nível secundário, produz computadores e uma série de componentes básicos de vacinas. Lá os estudantes realizam cursos para escolha da melhor vocação para ingresso na universidade.

A educação, aliás, é uma das conquistas do socialismo. Baseada no sistema politécnico, combina estudo, trabalho e atividades voltadas para defesa da pátria. Todo ano formam-se as brigadas estudantis de trabalho. No período que lá estivemos, todos os estudantes secundaristas de Havana permaneceram 15 dias no campo ajudando no trabalho agrícola.

A formação, baseada no desenvolvimento pleno das capacidades humanas, faz de Cuba um país destacado na educação. Para chegar a isso, a batalha não foi fácil. Quando do triunfo da revolução em 1959, a imensa maioria da população era analfabeta. Hoje 100% das crianças são alfabetizadas, número sem similar no mundo.

Desemprego flagela o planeta

▼ São 35 milhões de desempregados nos países capitalistas desenvolvidos, 820 milhões de desempregados ou subempregados em todo o mundo. A pior crise global do emprego desde os anos 30. É o que oferece o capitalismo "moderno" do fim do século 20

Dilemmando Toni

A informação é do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência da ONU, divulgado dia 28 de fevereiro último. Mas os dados oficiais não param af; nos 12 países da União Européia são 19 milhões de pessoas sem emprego, na Alemanha são 4 milhões, na Espanha a taxa atingiu 23,1% da força de trabalho no 3º trimestre do ano passado (veja tabela), na França 23,8% dos jovens até 26 anos não conseguem colocação no mercado de trabalho.

A OIT fala que "nunca houve tantas pessoas sem trabalho". Uma situação muito diferente dos anos 50 e 60 quando nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1) a taxa de desemprego permaneceu na modesta média dos 2% a 3%.

Na Europa a situação é particularmente grave e evolui rapidamente para pior. Em 1970 a taxa de desemprego era de 2,4%, em 1980 passou para 6% e agora atinge quase os 12%.

O relatório da OIT fala que a África se encontra em estado latismável, o número dos sem-trabalho em ascensão vertiginosa; os salários dos que trabalham, em queda vertical. Durante os anos 80 os salários caíram 70% na Tanzânia e 40% no Quênia. "Sem proteção de previdência ou assistência governamental, milhões de africanos urbanos sobrevivem às custas de parentes do interior ou vendendo fósforos, chicletes e outras quinilhariarias nas esquinas, em troca de gorjetas ou mendigando", diz o documento.

Estatística e realidade. Em todos os países os números oficiais não refletem a realidade do número de inativos no mercado de trabalho. Eles excluem os trabalhadores que depois de um certo período de desemprego desistem de procurar trabalho.

Nos Estados Unidos o método de compilar os números é através de uma pesquisa a domicílio, que pergunta às pessoas se elas têm um emprego e, se



Trabalhadores alemães protestam contra o desemprego

não, se estão procurando por um. Somente aqueles que estão ativamente procurando trabalho são considerados desempregados.

Na maioria dos países da Europa Ocidental só são computados os trabalhadores que se registram em centros de empregos ou que reclamam benefícios. Ficam excluídos todos aqueles que perdem seus empregos mas que não podem legalmente recolher seus benefícios.

Nos países capitalistas desenvolvidos ficou definitivamente para trás a época do "emprego total", isto é, emprego em tempo integral por toda a vida. Os tempos mudaram. Na Inglaterra, apenas um emprego em cada três, hoje, é considerado normal: das 9 às 17 horas, de segunda a sexta-feira. Um número crescente de empregos é temporário ou de contrato e as mulheres logo serão 50% de todos os trabalhadores ingleses. As pesquisas não revelam a realidade desse tipo de trabalho.

No Japão, funcionou durante décadas desde a Segunda Guerra Mundial um sistema através do qual os trabalhadores entravam em uma empresa e nela permaneciam até se aposentar. Com a crise e a recessão cresce o número de trabalhadores que trabalham por meio período e esporadicamente. Por isso, enquanto a taxa oficial de desemprego fica em torno dos 3% alguns economistas são de opinião que a taxa verdadeira não fica em menos de 10%.

Novidade ruim. De maneira geral são três os principais tipos de desemprego. O sazonal depende de condições climáticas ou de épocas de safra agrícola. O desemprego cíclico por sua vez recrudescer nos períodos de crise do capitalismo e diminui na recuperação. É em parte responsável pelas altas taxas atuais quando a partir da década de 70 o sistema capitalista passou a enfrentar crises cíclicas de superprodução mais sérias (1973/1975, 1982/1984 e a atual que teve início em 1990 e ainda perdura).

O desemprego estrutural ou

crônico mostra o esgotamento do sistema capitalista. Mesmo nos períodos de crescimento econômico os trabalhadores não encontram emprego, desempregados que não conseguem mais voltar ao trabalho e pessoas que jamais conseguem um emprego pois não há crescimento suficiente da oferta de postos de trabalho.

Essa é a "novidade" perversa dos tempos atuais. A diferença está em que até há algumas décadas o "exército de reserva" diminuía consideravelmente nas épocas de crescimento econômico; hoje, ele é composto por milhões de desempregados permanentes. O desemprego estrutural representa uma proporção crescente do desemprego total.

A Europa não viveu a maior parte da década passada na recessão, no entanto, a taxa média de desemprego na região se situou nos 10% da força de trabalho. O relatório da OIT diz que na Itália, Bélgica e Irlanda 60% dos desempregados estão nessa situação há mais de um ano.

A situação dos países capitalistas desenvolvidos caracteriza-se por um aumento, ainda que diferenciado, da produtividade do trabalho (produção por pessoa/hora) fruto do desenvolvimento tecnológico, por um crescimento ainda que pequeno da força de trabalho (mais pessoas aptas ao trabalho todos os anos) e por taxas

decrecentes de crescimento econômico, de década para década. Esses fatores conjugados explicam os altos níveis de desemprego. Calcula-se que seria necessário, a partir de agora, um crescimento médio anual entre 3% e 5% para que se mantivessem pelo menos estáveis as taxas de desemprego atuais.

Crise se agrava. Lênin, ao explicar a doutrina econômica de Karl Marx, escreveu que: "Acelerando a substituição dos operários pelas máquinas e criando a riqueza num pólo e a miséria no outro, a acumulação do capital gera assim o chamado "exército de reserva do trabalho", o "excedente relativo" de operários ou "superpopulação capitalista", que se reveste de formas extremamente variadas e dá ao capital a possibilidade de ampliar muito rapidamente a produção. Esta possibilidade, combinada com o crédito e a acumulação de capital em meios de produção, dá-nos, entre outras coisas, a explicação das crises de superprodução que aparecem periodicamente nos países capitalistas ..." (2).

O desemprego é fruto do desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, atua como uma agravante permanente das crises, à medida em que leva ao empobrecimento grandes contingentes de trabalhadores, diminuindo o poder

de consumo (demanda solvente) das massas e tornando mais difícil a realização das mercadorias.

Saída neoliberal. Nos dias 15 e 16 de março vai se realizar em Detroit (EUA), por iniciativa do governo norte-americano, uma conferência de cúpula dos países do Grupo dos Sete (G-7) sobre desemprego. Para os representantes dos monopólios a culpa está nas conquistas dos trabalhadores.

Assim, parte-se do ponto de vista de que o mercado de trabalho europeu é super-rígido, super-regulado e o preço da força de trabalho é extremamente elevado. Argumenta-se mesmo que os trabalhadores que recebem auxílio-desemprego sentem-se desestimulados a procurar um novo emprego.

Com o endividamento crescente dos estados para com os monopólios tornou-se inviável buscar a saída keynesiana dos anos 30 que consistiu em aumentar os gastos e investimentos públicos e na redução dos impostos.

Tratam então os governos dos países capitalistas de desregular o mercado de trabalho. Isso consiste em maiores facilidades para dispensa de trabalhadores, maiores facilidades para contratação temporária (como as que vigoram na Inglaterra), redução dos salários para aliviar as empresas, benefícios "menos generosos" para os desempregados ou doentes. Para que isso seja levado a termo é fundamental a quebra do poder de barganha dos sindicatos. A política neoliberal procura dessa forma garantir os superlucros dos monopólios e superar a crise às custas dos trabalhadores.

Os Estados Unidos são apresentados como modelo a ser seguido pelos outros países de capitalismo desenvolvido. Lá, a taxa oficial de desemprego está por volta dos 7%, considerada aceitável por eles. Mas o resultado da política neoliberal é que se criou uma subclasse de trabalhadores pobres. Os homens com baixa qualificação tiveram seus salários reais reduzidos em 20% na década de 80.

O desemprego brutal neste final de século põe a nu uma das maiores chagas do capitalismo. Evidencia que o sistema não pode satisfazer as necessidades de milhões e milhões de pessoas que vão sendo excluídas e passando à condição de miseráveis, consequência cruel da contradição entre a produção social e a apropriação privada, que só o sistema socialista poderá resolver.

(1) OCDE: EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Inglaterra, Islândia, Irlanda, Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Áustria, Suécia, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega, Bélgica, Luxemburgo, Turquia, Austrália, Nova Zelândia.

(2) V. I. Lênin, "Karl Marx", 1914, OE tomo 1.

Desemprego no mundo desenvolvido		
País	Taxa (%)	Mês
Austrália	10,6	Jan/94
Áustria	8,7	Jan/94
Bélgica	14,0	Jan/94
Grã-Bretanha	9,9	Jan/94
Canadá	11,4	Jan/94
Dinamarca	12,4	Dez/93
França	12,0	Dez/93
Alemanha	9,1	Jan/94
Holanda	7,5	Jan/94
Itália	11,5	Dez/93
Japão	2,9	Dez/93
Espanha	23,1	Jul/Set/93
Suécia	8,8	Jan/94
Suíça	5,2	Jan/94
EUA	6,7	Jan/94

Fonte: The Economist/Gazeta Mercantil (4/3/94)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSCIÊNCIA

Socialista

Construir o comunismo é senti-lo hoje, já!

Luiz Carlos Antero

Do Comitê Regional do Ceará

As fases de desenvolvimento pacífico da revolução, marcadas por certo acúmulo quantitativo de mudanças intermediárias e pela ausência de saltos qualitativos mais evidentes, possuem características próprias e influem na construção e desempenho do Partido de vanguarda do proletariado. É de tal importância seu exame que um filósofo e diplomata italiano arriscava-se a afirmar, em época remota do desenvolvimento social, que a paz traria também perigos para os príncipes, que perdiam exércitos na calmaria entre-guerras. Em tais fases, o inimigo de classes substitui a repressão aberta e feroz por tentativas mais sutis de diversionismo e sabotagem na organização política revolucionária, o Partido Comunista. Surgem travestidas das mais diversas formas e encontram capilaridade através das ambições pessoais que o próprio modo de produção capitalista cultivava através do fetiche do individualismo.

Não apenas a acomodação, mas o oportunismo e o carreirismo são fertilizados no solo pedregoso da democracia burguesa, que, em sua vigência, propicia contraditoriamente a educação política das massas e a expansão da influência dos ideais socialistas. O Partido, que vem prestigiado por seu heroísmo dos tempos de exceção, por sua coerência na defesa dos interesses populares e por sua intransigência diante da classe a ser sepultada, recebe elementos e atitudes que vão servir aos propósitos de miná-lo por dentro. Trata-se de um tipo de entrismo que, por vezes, não é facilmente perceptível. Na maioria dos casos, porém, pode ser identificado pelo desprezo à emulação socialista e pela valorização extrema da competição no interior da organização. São mais comuns, de acordo com Lênin, nas frentes sindical e parlamentar, embora ocorram com menor regularidade em outras áreas de atuação.

Superar velhas práticas. A mídia, a dissimulação, a vontade, as atitudes oportunistas, o desprezo pela verdade, enfim, o culto da moralidade burguesa medida pela des-

onestidade com os camaradas, constituem o caldo de cultura para as demonstrações mais ou menos palpáveis do carreirismo. Sob a tentativa de legitimar tais manifestações, procuram revesti-las sob o manto da luta permissível por "espaços de atuação". Detectado o desvio, seus autores, que se tratam evidentemente de pessoas equivocadas e vaidosas, transmudam-se como camaleões e tratam os camaradas de acordo com suas conveniências pessoais. Na postura diante do trabalho que realizam ou diante da definição de candidaturas parlamentares ou sindicais, por exemplo, o comportamento desses é manifestamente mesquinho e de acentuada hostilidade, uma marca anticomunista.

Nova sociedade. Pensamos então na perspectiva da construção de uma nova sociedade, que permeia o surgimento de um novo homem e de uma nova mulher. Não há como construir o novo com uma velha mentalidade. Na tradição da 3ª Internacional, o momento de maior expressão revolucionária do movimento comunista mundial, não há como conciliar com características que revelam incompreensão de princípios quanto aos sonhos e objetivos estratégicos perseguidos pelos comunistas. Quando os seres não temerão mais uns aos outros e não se invejarão entre si, tampouco haverá traição e deslealdade. É impossível, camaradas, atingirmos plenamente nossas metas sem a superação das concepções e práticas do velho regime. Rompendo com a percepção de Partido que vê como "natural" atitudes dessa natureza na organização comunista (como que numa caixa de ressonância da sociedade capitalista), o conjunto partidário deve posicionar-se com firmeza em oposição ao oportunismo e ao carreirismo, criando condições para a ampla ruptura com a acomodação.

Certamente um contingente maior e mais apreciável de filhos lutadores do povo reconhecerá no Partido o autêntico reduto do que há de melhor na humanidade. Exército de replicantes do presente no futuro de "paz, festa, trabalho e pão". Viva o Partido Comunista do Brasil e vivam a coerência, a integridade e fraternidade de seus quadros e militantes. Por ser "pacífico" o momento não é de degeneração. Construir o comunismo, é senti-lo já!

Participação ativa da militância

Com objetivo de organizar melhor o trabalho jurídico do PCdoB e sua relação com a Justiça Eleitoral diante das novas leis vigentes, um Ativo Nacional de Organização esteve reunido em Brasília, dias 5 e 6 de março. Com presença de 35 pessoas de 19 estados, o Ativo discutiu o momento político internacional e nacional, as eleições brasileiras nesse contexto e o projeto político para enfrentar essa realidade. Segundo o secretário nacional de Organização do PCdoB, Ronald Freitas, essas "eleições ocorrerão num quadro conturbado, de crise geral do país", por isso "as elites procuram de todas as maneiras limitar a já precária democracia", através da revisão constitucional, do voto distrital misto, "restringindo ainda mais as liberdades democráticas", afirma.

Este é um importante momento de luta do PCdoB para garantir seu espaço no cená-

rio político nacional. Também foi discutido o projeto do Partido de eleger deputados federais e estaduais na maioria dos estados. Porque "o bom desempenho dos comunistas nesta eleição é uma necessidade do Partido para ampliar espaços de participação e da sociedade para o desenvolvimento da democracia no país", diz Freitas. O ativo definiu como ponto chave, para o bom desempenho do PCdoB nas eleições, "a participação ativa e destacada da militância", acentua.

No segundo dia, a discussão foi sobre o processo eleitoral com base na nova lei e o relacionamento do Departamento Jurídico do Partido com o Tribunal Superior Eleitoral, para unificar o entendimento dos procedimentos legais e dessa maneira traçar as normas e diretivas que deverão nortear a relação com os tribunais eleitorais em todo o país.

Encontro Municipal de São Paulo

Cerca de 90 pessoas compareceram ao Encontro da capital paulista, na Câmara Municipal, dia 6 de março, para um "esforço de discussão política", de acordo com Joel Batista, coordenador municipal do PCdoB paulistano. O Encontro é parte da preparação da Conferência Regional e teve participação de 21 comitês de São Paulo para promover maior aproximação com os núcleos de direções e, além de combater a revisão constitucional e debater a sucessão em nível nacional, "decidiu colocar já na rua a campanha dos candidatos do PCdoB em âmbito estadual", afirma Joel.

Também estiveram presentes Renato Rabelo, representando o Comitê Central, Walter Sorrentino, do Comitê Regional de São Paulo, e os vereadores da Capital Ana Martins e Vital Nolasco. Rabelo falou da importância da luta contra a revisão constitucional e a participação ativa do Partido na sucessão presidencial. Para isso defendeu a necessidade de se promover manifestações pelos estados, fazendo pressão sobre os parlamentares. Sorrentino falou sobre o quadro político do momento no Estado e no país. Vital explicou a importância de se combater a administração malufista para impedir o desenvolvimento de seu projeto de entregar os bens públicos para mãos privadas.

A cidade de São Paulo tem hoje 9 mil filiados, sendo que até junho de 1993 tinha apenas 4.300. Cinco distritais já estão legalizados: Campo Limpo, Ermelino Matarazzo, Sapopemba e Casa Verde (que reafirmaram a legalização). Guaianazes já atingiu o número mínimo de filiados para a realização da convenção. Como parte integrante da campanha da legalidade, outros cinco distritais da capital realizarão convenções até maio (Capela do Socorro, Itaim Paulista, Freguesia do Ó, Jaçanã, São Miguel Paulista e Bela Vista), totalizando as doze previstas rumo à Convenção do PCdoB-SP em junho ou julho.

SP rumo à legalização

Em 20 de fevereiro, 60 municípios de São Paulo e distritos da Capital realizaram um Ativo Estadual de Organização do PCdoB, que discutiu a preparação da Conferência Regional de 28 a 30 de abril. Definiu também a intenção de "mobilizar pela base três mil militantes para participar da Conferência, para a Convenção Regional que ocorrerá em junho, rumo à legalização do Partido no Estado", explica o secretário estadual de Organização, Jairo José.

Também foi feito um rápido balanço do PCdoB-SP e as perspectivas para o crescimento partidário, junto ao "movimento operário, popular, estudantil, de intelectuais etc", define Jairo. As discussões ganharam importância por "constituírem-se num verdadeiro detonador do processo de realização da Conferência", afirma. "A Conferência Regional do PCdoB não é uma mera formalidade estatutária, a ser cumprida de dois em dois anos. É a instância suprema de deliberação do Partido no Estado. Precisa obrigatoriamente debruçar-se sobre a ordem do dia que a luta de classes coloca para nós". (boletim "Questão de Ordem", 51). Também discutiu-se a tática e a participação do Partido nas eleições estaduais.

O Comitê Regional reuniu-se em 5 e 6 de março e aprovou o documento "PCdoB cresce na luta". O documento define a participação da militância em todas as instâncias partidárias com prioridade para as "assembléias de base como instrumento catalisador e incorporador dos novos filiados", relata Jairo. Aliás, em seis meses de campanha de filiação, o PCdoB-SP conseguiu 17 mil novos integrantes, totalizando 34 mil filiados no Estado. Até agora 62 municípios reúnem condições para legalização e 39 deles já realizaram convenções. Para atingir o objetivo final de legalizar o Partido no Estado é preciso realizar 134 convenções municipais e/ou distritais. Portanto, a campanha está na rua e mais forte que nunca.

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

No processo de desenvolvimento da sociedade humana ela já passou por diversos modos de produção. No fundamental já viveu modos de produção onde as relações sociais de produção se baseavam na propriedade privada sobre os meios de produção, o modo de produção como a comuna primitiva, onde as relações sociais de produção não se baseavam na propriedade privada sobre os meios de produção.

Vale lembrar que na maior parte da história, a humanidade viveu em a existência da propriedade privada sobre os meios de produção, a comuna primitiva

foi o modo de produção, até agora, de maior duração. A propriedade privada surgiu fruto do processo da própria sociedade e passou a determinar a forma e o conteúdo econômico-social das formações sociais daí por diante.

É preciso dizer também que a propriedade privada desde seu surgimento vem se desenvolvendo e assumindo formas cada vez mais complexas. Nos modos de produção onde existe a propriedade privada sobre os meios de produção existem também as classes sociais. Assim, as classes sociais surgiram do aparecimento da propriedade privada sobre os meios de produção, que as classes sociais não existiram sempre, mas, ao contrário, se relacionam a fases históricas definidas.

Dicas

No caminho da luta e da união

No dia 24 de março, às 20h30 na TV e 20 horas no rádio, o PCdoB estará apresentando o seu programa no horário político gratuito. Na abertura, o apresentador diz que "este é um programa que vale a pena assistir. Programa político de um Partido que sempre esteve com os trabalhadores, com a democracia, em defesa dos interesses nacionais".

O programa mostra as opiniões do PCdoB sobre a revisão constitucional, o Plano FHC2 e o projeto de privatizações que fazem parte da tática das elites brasilei-

ras em prol do imperialismo, especialmente o norte-americano. E também comenta as eleições deste ano, principalmente para a Presidência da República, que, a depender dos resultados, poderão ajudar o Brasil a sair da encruzilhada em que se encontra. "É preciso aumentar a resistência patriótica e as lutas populares", conclui João Amazonas. No final o programa afirma que "o Partido precisa crescer e se tornar uma grande força nacional". Aos militantes, simpatizantes e amigos do PCdoB cabe divulgar e debater o programa.

América Latina em questão

Vários estudos sobre os países da América Latina têm sido elaborados recentemente. Isso mostra a importância crescente do continente no cenário mundial. Um livro consistente na questão política é "Estado Nacional e política internacional na América Latina - o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)", de Moniz Bandeira, uma coedição da Editora Ensaio e da Editora da Universidade de Brasília. Moniz faz uma abordagem comparativa das políticas internas e externas dos países da América Latina, em suas relações com os EUA. Outra obra fundamental é "(Des)Ajuste Global e modernização conservadora", de Maria Conceição Tavares e José Luís Fiori, pela Editora Paz e Terra. Este livro analisa em profundidade a execução de planos de "estabilização" econômica, mostra as especificidades de cada país e por que esse projeto não dá certo no Brasil. Outro livro importante é "A economia na América Latina", de Eliana Cardoso e Ann Helwege, Editora Ática.

"Ser como Eles", de Eduardo Galeano, Editora Revan, traz o traço característico do autor que mistura matéria jornalística com estilo literário e apresenta uma abordagem lúcida e rara dos últimos acontecimentos políticos, sociais e econômicos do Continente. Joan Garcés, espanhol, ex-assessor de Allende no Chile, escreveu "Allende e

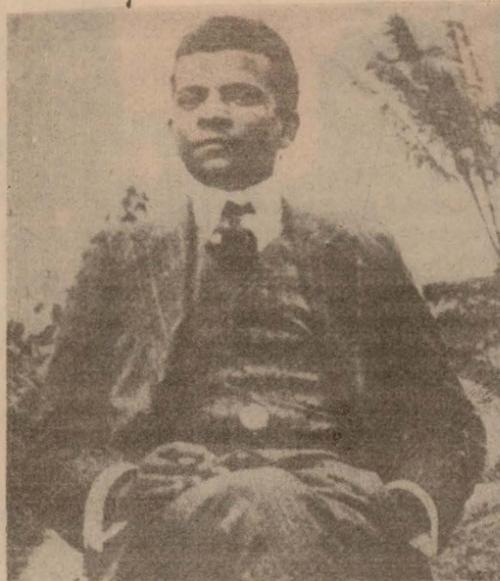
as armas da política", publicação da Scritta Editorial, contando a história do golpe militar de 1973, a história dos vencidos na disputa. "Terrorismo de Estado na Colômbia", editado por dez organismos não-governamentais da Europa denuncia concretamente a ação das Forças Armadas colombianas, envolvidas em assassinatos, massacres e formação de grupos paramilitares no período de 1979 a 1992.

(Ática: r. Barão de Iguape, 110 - CEP 01507-000 - SP - fone (011) 278-9322; Ensaio: r. Tupi, 784 - CEP 01233-000 - SP - fone (011) 66-4036; Paz e Terra: r. do Triunfo, 177 - CEP 01212-010 - SP - fone (011) 223-6522; Revan: av. Paulo de Frontin, 163 - CEP 20260-010 - RJ - fone (021) 293-4495; Scritta: r. Germaine Burchard, 286 - CEP 05002-061 - SP - fone (011) 864-9320)

Lançamento da biografia de Lênin

A Livraria Cultura faz o lançamento do livro "Lênin: biografia ilustrada", de Élio Bolsanello, uma publicação da editora Anita. Segundo o autor, essa é a primeira biografia ilustrada do líder da revolução russa de 1917 a ser lançada no Brasil. Compareça! Dia 30 de março, 18h30, no Conjunto Nacional, avenida Paulista em São Paulo.

Cultura



Fera Ferida

Lucília e Marcos Ruy

"Tudo aqui é feito com o dinheiro e os títulos. A agitação de uma idéia não repercute na massa e quando esta sabe que se trata de contrariar uma pessoa poderosa, trata o agitador de louco", este trecho do "Diário do Hospício", de Afonso Henriques de Lima Barreto, ilustra bem a atitude do escritor carioca que nasceu em 1881 e morreu em 1922. "O primeiro escritor moderno da literatura brasileira", segundo o sociólogo Clóvis Moura e "o único que tratou a questão do negro, mostrando sua exploração".

Um novo interesse por Lima Barreto surgiu com a novela "Fera Ferida", de Aguinaldo Silva, na Rede Globo, inspirada em obras e personagens do escritor. Contudo, somente este fato não garante qualidade à obra televisiva. De qualquer forma ela fica interessante devido ao valor da obra de um dos principais escritores da literatura brasileira de todos os tempos. Escritor que não obteve em vida a consagração de seu trabalho. Ao contrário, o escritor mulato "aprendeu a viver em guerra contra o provincianismo, o racismo, a hipocrisia, a mediocridade, a ganância inescrupulosa

e a mesquinha", afirma o jornalista Bernardo Carvalho. Lima Barreto "faz da literatura a expressão de um desejo de cidadania emergente. E para tanto dá fala à marginalia urbana", diz Antonio Candido. A novela faz uma mixórdia, uma confusão de enredo, porque os personagens perderam o caráter principal dado por Lima Barreto. Para ele, a literatura deveria dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular.

A cidade de Tubiacanga, extraída do conto "Nova Califórnia" de Lima Barreto, representa o Brasil. Só que na novela o misticismo dá vazão a teses irracionais para combater a razão do poder vigente. Já o conjunto da obra do escritor critica o poder e a sua razão mas contrapõe a isso a necessidade de uma nova razão que respeite a cultura nacional e as raízes populares dessa cultura. Isso não significa, como aparece em "Fera Ferida", o predomínio da tradição. Lima Barreto sabia bem que tradição se muda de acordo com o desenvolvimento da luta social, cujo aspecto principal de sua obra é a marca indelével da luta de classes. Fator inexistente na novela.

Pegando carona com a novela, a Graphia lançou em 1993 o livro "Um longo sonho do futuro" e a Revan publicou "A Nova Califórnia e outros contos", de Lima Barreto. Que escreveu também "Triste fim de Policarpo Quaresma", "Recordações do Escrivão Isaías Caminha", "Numa e a Ninfa". A Universidade Federal do Rio de Janeiro lançou um estudo de Beatriz Resende, "Dentes negros, cabelos azuis", sobre o autor de "Clara dos Anjos". "O talento para satirizar de Lima Barreto", diz o crítico literário Edilton Araujo, "em tudo confirma sua cosmovisão para as inúmeras coincidências do Brasil de agora." Pena que a novela não repercute claramente a riqueza das obras desse extraordinário escritor.

QUEM
É DE
LUTA
LÊ

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data / / _____
Assinatura semestral: CR\$ 8.000,00 Assinatura trimestral: CR\$ 4.000,00
Assinatura semestral de apoio: CR\$ 15.000,00

Preços Válidos até 27.03.94
Preencha e envie hoje mesmo este talão para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.



Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Editora: Ana Maria Rocha - Redação: Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - Correspondentes: Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Leijune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - Projeto Gráfico: Auracébio Pereira - Diagramação: José Luís Muñera Reyes - Composição e Arte Final: Compuarte - Fone (011) 251-1571 - Fotolito: Enfocke - Impressão: DCI Editora Jornalística Ltda - Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Secretária: Sílvia Regina Lopes - Assinaturas: Fabiana Frederico - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Maracaju, 249 - sala 15 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. São Paulo, 33 - 16º andar - (071) 240-5286 - TERESINA - R. Desembagador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Artúre de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 3216 - (067) 222-4118 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Anita Garibaldi, 128 - 2º andar - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.





MARCOS ANDRADE

72 anos de modernidade socialista

▼ Em 25 de março de 1922 era fundado o Partido Comunista do Brasil. A permanente ofensiva reacionária contra sua existência nunca logrou superar a necessidade histórica e política de um partido como o PCdoB. Seu fortalecimento hoje é uma exigência para a luta socialista e a afirmação popular, nacional, democrática da nação brasileira

Walter Sorrentino
do Comitê Central do PCdoB

72 anos de existência e luta ininterrupta do PCdoB é o produto mais elevado do movimento operário revolucionário brasileiro. Neles se fundem feitos heróicos, vicissitudes e revezes da luta libertária e emancipadora que marca o século 20, sob a bandeira do socialismo científico.

O feito é memorável não só aos comunistas. Nenhuma outra agremiação política logrou manter-se no Brasil sequer a metade desse tempo. Existir e atuar com liberdade o Partido Comunista foi parâmetro definidor da maior ou menor democracia no país, do avanço ou recuo das conquistas dos trabalhadores, da afirmação da soberania nacional ou de seu esbulho.

Luta sem ilusões. Essa trajetória remonta um vigoroso painel do reacionarismo das classes dominantes brasileiras, em sua determinação de dar combate de classe ao proletariado. E das diferentes formas que assume esse combate permanente, tendo por alvo o Partido Comunista. Evoca a mistificação grosseira sobre os embates revolucionários de 1935, sob direção da Aliança Nacional Libertadora e do partido, proclamada por mais de 50 anos seguidos na ordem-do-dia dos militares. Ainda hoje as infâmias são difundidas na historiografia facciosa das elites. Evoca a longa tentativa de cerco e aniquilamento, onde os comunistas eram os "inimigos internos" na chamada "guerra-fria", que se estende até há menos de uma década atrás. Em 1946-47, solaparam abertamente as normas democráticas. São cassados o registro e os mandatos do partido quando ele se afirma como a 3ª grande força política do país com 10% da votação em eleições gerais. Na longa ditadura militar de 64, é registro conhecido que o PCdoB foi o que maior tributo de vidas prestou à luta. Encabeçou o momento mais elevado de combate a ela, na guerrilha do Araguaia, ainda hoje mantida sob pesada conspiração de silêncio que apenas começa a ser desbloqueada.

A ofensiva combinou repressão direta e massiva com pressão ideológica permanente. Na esteira da degeneração socialista na antiga URSS, em meados da década de 50, acentua-se a pressão por transformá-lo num agrupamento de tipo social-democrata, tal como hoje ocorre com os que capitulam

diante da "modernidade" burguesa. A resposta vem em 1962, reorganizando o PCdoB, num rumo revolucionário, numa nova qualidade. Nas vigorosas jornadas democráticas a partir do fim da década de 70, mais uma vez se projeta o PCdoB com descortino maior dos acontecimentos. Mais uma vez se produzem mecanismos destinados a dificultar a marcha da luta dos trabalhadores num rumo consequente. Na iminência do fim da ditadura, ganha corpo um movimento contraditoriamente consentido pelos estrategistas do poder das elites, que dá base ao PT. Seu papel, ainda hoje em desenvolvimento contraditório, estaria destinado a reforçar o caminho reformista para a luta da classe operária.

São 72 anos como alvo central da ofensiva reacionária. Sempre que se prenunciou como alternativa avançada para as grandes massas populares, sua projeção política sofreu pesado fogo de barragem. Avaliar corretamente esse fenômeno, de uma perspectiva histórica e política, é indispensável à luta consequente dos trabalhadores.

Tem premente atualidade, porque o Brasil se encontra numa encruzilhada que vai exigindo soluções radicais. E porque se prenuncia uma vitória do movimento popular na batalha eleitoral de outubro, que define o cenário futuro da luta progressista em nosso país.

A lição vigorosa que se extrai é a de não autorizar ilusões acerca da luta das classes e de seus projetos para tirar o país da crise.

Na atualidade, o Brasil vive

crise estrutural. As falidas elites dirigentes, arcaicas e "modernas", abraçam o neoliberalismo. Destroem o patrimônio e o que resta da soberania nacional. Investem contra as conquistas dos trabalhadores. Esbulham a Constituição através de uma revisão espúria. Em seu caminho ergue-se a crescente resistência a tais planos. Na linha de frente da luta mais uma vez lá está o PCdoB, com uma tática de ampla unidade das forças progressistas contra o projeto neoliberal. Sua orientação, sem titubeios, denuncia objetivamente transformá-lo num polo de referência política de amplo alcance, capaz de decidir a encruzilhada brasileira num rumo nacional, democrático e popular, sob a bandeira mobilizadora do socialismo.

Exigência democrática. Aproveitando a dispersão política e confusão ideológica, recorrem à velha falsificação grosseira, agora com modernos e poderosos meios de comunicação de massa. Investem abertamente contra a democracia. Querem impingir uma reforma política através do sistema eleitoral distrital que outra coisa não é senão a tentativa de impedir a representação política das forças de extração popular. Visam aprovar uma lei partidária que atenta contra a organização popular e, por extensão, o PCdoB. Impedem seu acesso a eleições majoritárias. Ao lado da velha barreira do quociente eleitoral no qual se computam votos em branco, erigem nova cláusula, de só permitir o acesso à representação parlamentar aos que alcançam patamar mínimo de votos. Legalizam as caixinhas mili-

onárias para os candidatos e partidos do status quo. Elitiza-se ainda mais a representação política.

Não há engano possível: as forças progressistas mais consequentes sofrem pesado ataque. Trata-se de uma das mais pesadas ofensivas contra a luta política da classe operária e dos trabalhadores em geral.

A melhor resposta a essas ameaças está inscrita na própria existência destes 72 anos. O caminho da luta, onde se plasmaram as qualidades que distinguem o PCdoB no cenário político brasileiro - coerência revolucionária e dedicação à luta do povo, abnegação e combatividade, sagacidade na orientação política concreta e firmeza nos compromissos assumidos, unidade e disciplina de suas fileiras militantes. Não será diferente agora.

Aos 72 anos, o mais antigo partido do país é o partido da autêntica modernidade - a modernidade do socialismo e da classe operária contra a barbárie capitalista. Sustenta a identidade comunista sem cedências e elabora um programa socialista renovado e viável para o país. Prepara-se, nas eleições de outubro, para eleger uma bancada combativa de deputados e defender uma alternativa progressista à Presidência. Instiga a inteligência e audácia dos trabalhadores e intelectuais avançados. Com clareza, determinação e amplitude, afirma que a existência de um forte PCdoB é uma exigência do desenvolvimento da sociedade brasileira, que interessa a todas as forças verdadeiramente progressistas e democráticas.